

Castro chacina 130 e faz banho de sangue de palanque eleitoral

Política de segurança do Estado não pode ser baseada na psicopatia

Além da contagem inicial de 64 mortos, mais de 70 corpos foram localizados e retirados no dia seguinte por moradores de uma área de mata do Complexo da Penha, vítimas do morticínio comandado pelo governador Claudio Castro (PL). Sumariamente, mais

de 130 pessoas foram mortas, várias com sinal de execução, um decapitado. Após a ação, a mais letal já ocorrida no Brasil, o governador se gabou pela matança, atacou o governo federal com mentiras e reuniu, no dia seguinte, governadores da oposição, em um ensaio de campanha prévia. **Pág. 4**

Governador não pediu ajuda ao Ministério e rejeita a PEC para integrar segurança com União

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, declarou que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, deve “assumir suas responsabilidades” diante da escalada de violência no es-

tado ou reconhecer que perdeu o controle sobre a segurança pública e solicitar uma intervenção federal. Ele rebateu Castro e afirmou que nenhum pedido de ajuda foi feito ao governo federal. **Página 3**



Tomaz Silva - Agência Brasil



Ricardo Moraes - Reuters

Mais de 70 corpos foram localizados no dia seguinte e retirados da mata por moradores do Complexo da Penha

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.024 29 de Outubro a 4 de Novembro de 2025

Governo federal vai destinar 30 bi para modernizar Forças Armadas

O Senado aprovou o projeto de modernização das Forças Armadas do governo federal no valor de R\$ 30 bilhões, para serem investidos nos próximos seis anos. As três Armas estão contempladas. Os valores ficarão de fora dos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal, como, aliás, deveriam ficar todas as verbas destinadas aos investimentos. Como diz o próprio presidente Lula, investimentos não são gastos. Eles criam ativos que renderão ganhos futuros ao país. **Página 2**

Galípolo confessa que o juro será alto mesmo com a inflação baixa

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Bufão” da Casa Branca acabou obrigado a negociar com o Brasil

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Donald Trump se reuniram pela primeira vez na tarde do domingo (26), na Malásia. O encontro se deu após uma elevação da tensão entre os dois países, fruto da decretação unilateral pelos EUA de sobretaxas a produtos brasileiros, de sanções contra

autoridades brasileiras e uma intromissão indevida de Donald Trump nos assuntos internos do Judiciário brasileiro. A maneira firme e altiva com que Lula lidou com as ameaças do governo norte-americano fez com que o ocupante da Casa Branca fosse obrigado a rever seu comportamento. **Página 3**

Reprodução - X

Servidores ocupam Brasília contra “demolição dos serviços públicos”

Milhares de servidores públicos de todo o país paralisaram suas atividades e ocuparam a capital federal, na quarta-feira (29), em repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 38) da Reforma Administrativa, que começou a tramitar na Câmara dos Deputados. A manifestação reuniu representantes de entidades sindicais do funcionalismo, Centrais e entidades do movimento social. **Página 5**

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse na quinta-feira (23) que os preços no Brasil vêm caindo, mas o BC vai manter os juros em 15% ao ano por mais um tempo. “A inflação e expectativas seguem fora do que é a meta, isso é um ponto de bastante incômodo para o Banco Central, mas estamos falando de uma inflação que está num processo de redução e retorno para a meta”, disse Galípolo no Fórum Econômico Indonésia-Brasil, em Jacarta. **Pág. 2**

Israel já violou cessar-fogo em Gaza 125 vezes

O governo fascista de Netanyahu, após violar 125 vezes o acordo de cessar-fogo assinado com o Hamas, decidiu ordenar ataques “poderosos e imediatos” a Gaza. Na quarta-feira, os ataques mataram pelo menos 100 pessoas, segundo autoridades palestinas. **Pág. 6**

Governo vai destinar R\$ 30 bi para modernizar FFAA, fora do arcabouço fiscal

O Senado aprovou o projeto de modernização das Forças Armadas do governo federal no valor de R\$ 30 bilhões nos próximos seis anos. Os valores ficarão de fora dos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal, como, aliás, deveriam ficar todas as verbas destinadas aos investimentos. Como diz o próprio presidente Lula, investimentos não são gastos. Eles criam ativos que renderão ganhos futuros ao país.

A decisão de excluir parte dos investimentos públicos das amarras estabelecidas pelo arcabouço deixou irritado o chamado “mercado”, o seja, meia dúzia de bancos e rentistas que embolsam quase um trilhão de reais por ano do Orçamento público, através da especulação com os títulos públicos do país. Para eles, a prioridade do governo deve ser sempre a remuneração de seus papéis e não o atendimento das necessidades do país. Eles não se conformam que o governo adote prioridades que não sejam as suas.

O dinheiro autorizado pelo projeto deverá ser usado em ações para modernizar o Exército, a Marinha e a Força Aérea Brasileira, incluindo programas como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro e a compra de caças suecos Gripen. As medidas são urgentes, haja visto o agravamento dos conflitos geopolíticos e as ameaças externas contra países da América do Sul.

A aprovação do projeto foi conduzida pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, que negociou diretamente com senadores governistas e da oposição. O ministro recebeu o aval do presidente Lula, com quem despachou sobre o tema em mais de uma oportunidade nas últimas semanas. A previsão de R\$ 5 bilhões anuais em despesas por seis anos desastrou o Ministério da Fazenda, que insiste em seguir à risca os ditames do ultrapassado e moribundo Consenso de Washington.

O texto foi aprovado na quarta-feira (22) no plenário do Senado, com 57 votos favoráveis e apenas quatro contrários, e foi enviado à Câmara dos Deputados. O projeto é de autoria do senador Carlos Portinho (PL-RJ), mas foi aprovado na forma de um texto alternativo apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso. Haddad havia se posicionado contra a exclusão desses gastos da meta fiscal, mas foi voto vencido dentro do governo. Passo a passo vai se formando uma consciência geral, e até dentro do governo, de que o arcabouço deve ser flexibilizado para que o país volte a crescer.

O governo já havia anunciado o pedido de autorização para retirar R\$ 9,5 bilhões da meta fiscal deste ano como parte do plano de socorro a empresários atingidos pela tarifa de 50% sobre produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos. O valor corresponde a R\$ 4,5 bilhões em crédito extraordinário para aportes em fundos garantidores — que entram pelo lado da despesa no orçamento — e R\$ 5 bilhões em renúncia fiscal via Reintegra, programa que devolve parte dos tributos pagos por exportadores e reduz a receita do governo, ou seja entram do lado da receita.

A Câmara dos Deputados também aprovou o projeto que exclui das regras do arcabouço fiscal as despesas temporárias em educação pública e saúde custeadas com recursos do Fundo Social do pré-sal. A proposta será enviada ao Senado. De autoria do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 163/25 foi aprovado em Plenário com parecer favorável do relator, deputado José Priante (MDB-PA).

O projeto envolve despesas temporárias equivalentes a 5% da receita do fundo em cada exercício por cinco anos, contados a partir de lei específica que direcionar os recursos. Esse uso foi autorizado pela Lei 15.164/25, oriunda da Medida Provisória 1291/25. Segundo o texto, essa lei específica será a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por isso o projeto precisa virar lei antes da LDO de 2026. A LDO deverá definir ainda os percentuais destinados à saúde e à educação e as ações prioritárias para alocação dos recursos.

Galípolo: juros seguirão altos mesmo com inflação caindo



Agência Brasil

Petróleo na Margem Equatorial, por Paulo Kliass

A proximidade da realização da COP 30 em Belém do Pará tem colocado algumas dificuldades para que seja realizado um debate mais sereno e mais racional a respeito de quais seriam as posições mais adequadas para o Brasil adotar em relação à exploração do potencial petrolífero da chamada Margem Equatorial da foz do Rio Amazonas. A sensibilidade elevada em razão deste importante encontro das Nações Unidas introduz alguns ingredientes na salada geral em que se transformou a temática da sustentabilidade.

A trigésima edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas deverá ocorrer em plena Amazônia. A decisão do governo brasileiro de hospedar o evento no coração de uma das mais importantes reservas florestais do planeta é fortemente carregada de elevada simbologia política. Por um lado, coloca em evidência a relevância de nosso País como detentor de um bioma e de um território que são fundamentais para qualquer plano mundial de combate aos efeitos devastadores que a ação do ser humano tem proporcionado no meio ambiente. No entanto, por outro lado, o governo atual pode se colocar como vitrine, podendo ser fragilizado nesta controvérsia a respeito da ausência de medidas efetivas para mitigar os efeitos que a sanha treloucada do capitalismo por lucro a qualquer custo provoca no globo.

O território amazônico concentra um conjunto amplo de fatores em questão no momento atual. Ele mantém a maior área de floresta nativa do mundo, com a impressionante capacidade de absorver gás carbônico e devolver oxigênio para a atmosfera. Ele possui uma reserva de água nos rios e no subsolo, além do fenômeno dos “rios voadores”. A área de dimensão continental abriga um sem-número de espécies animais e vegetais, muitas delas ainda desconhecidas e a grande maioria pouco conhecida e estudada. Por outro lado, ali vivem populações originárias que buscam manter seu estilo de vida de respeito e de admiração pela natureza.

POTENCIAL A SER EXPLORADA COM CAUTELA E PRUDÊNCIA

Ocorre que a opção estratégica adotada pelas nossas elites de abraçar o estímulo ao modelo neocolonial de divisão internacional do trabalho converteu o Brasil, ao longo das últimas décadas, em um grande exportador de “commodities” agrícolas, pecuárias e minerais. Além de contribuir enormemente para o processo de desindustrialização de nossa economia, essa trilha provocou o fortalecimento do agronegócio em todas suas dimensões: política, econômica, tecnológica, cultural, social e ambiental. Dentre outros aspectos devastadores, ganha relevo o ciclo que se inicia com a derrubada ilegal da floresta por meio do desmatamento criminoso, prossegue com a introdução da criação de gado em modo extensivo e finalmente se completa com a chegada da soja como monocultura transgênica.

Este é o coquetel perverso que mais contribui para o aquecimento do planeta e para a destruição do meio ambiente. Para além de todas as adversidades contra a sustentabilidade que o modelo carrega intrinsecamen-

te consigo, o caso brasileiro é ainda marcado pelo uso indiscriminado de trabalho análogo à escravidão, pelo desrespeito aos direitos das populações indígenas e pelo aprofundamento da já imensa concentração de renda e de patrimônio.

O governo brasileiro, assim como a maior parte dos dirigentes de países do chamado sul global, sempre chamou a atenção para a necessidade de os países mais desenvolvidos assumirem suas responsabilidades na mudança de rota. Não há mais dúvidas científicas de que caminhamos para uma catástrofe anunciada, caso nada seja realizado de forma efetiva para alterar o modelo vigente em todas as partes. No entanto, a grande resistência vem justamente de lá. Os chamados países ricos se recusam sistematicamente a contribuir financeiramente para a colocação em marcha de um novo sistema de produção e de um novo modo de vida.

BRASIL NÃO PODE ABRIR MÃO DE FORMA ISOLADA E UNILATERAL

Pois é neste contexto mais amplo que, no dia 20 de outubro, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) resolveu finalmente conceder uma autorização à Petrobras para que a empresa inicie a exploração, em caráter preliminar, do potencial das reservas de petróleo em alto mar, a 500 km da divisa das costas dos estados do Amapá e do Pará. Tal decisão, que envolve um processo que tramita desde 2013 no órgão, foi concluído a apenas 20 dias do início da COP 30. Tal decisão coloca os holofotes todos do encontro internacional sobre as possibilidades abertas com tal permissão da exploração das reservas de óleo no subsolo da região.

A questão, porém, deveria ser analisada também sob o enfoque da soberania nacional. É inegável que existe um valor incommensurável, caso convertido em reservas internacionais, do potencial econômico ali existente e ainda inalcançado pelo ser humano. O mesmo tipo de debate ocorreu em 2006, quando foram anunciadas as primeiras descobertas do Pré-Sal. Naquele momento, mais uma vez deu-se a polêmica se o Brasil deveria ou não aproveitar as possibilidades oferecidas pela exploração daquelas novas reservas. O ponto relevante é sabermos qual a melhor opção para o futuro de nosso País. Afinal, nossa participação na produção global de petróleo não é determinante, a ponto de influenciar de forma significativa o ritmo global de tal atividade.

Segundo dados apresentados por instituições que atuam na área, o Brasil participa com cerca de 3% da produção mundial de óleo. Ocorre que esse ramo de atividade é extremamente concentrado. Assim, por exemplo, os 5 maiores países concentram 50% da produção global. Se ampliarmos a lista para as 8 maiores nações, chegaremos a 62% do total. Isso significa que uma postura isolada de nosso País de reduzir unilateralmente a oferta de petróleo não teria o efeito desejado de provocar a necessária diminuição do consumo de tal matéria-prima em termos globais. Sem que seja articulado um movimento envolvendo os maiores exploradores de petróleo, iniciativas autônomas só teriam o efeito de prejudicar economicamente os países que adotarem tal conduta.

O Brasil tem avançado de

forma significativa na diversificação de suas fontes de energia, incluindo cada vez mais mecanismos renováveis e que comprometem bastante menos a sustentabilidade e o meio ambiente. Segundo o mais recente relatório do governo para o setor – o Balanço Energético Nacional, alcançamos a marca de 88% de nossa eletricidade originária de fontes renováveis, um índice bastante superior à média global e dos países da OCDE. No que se refere à estratégia de substituição dos derivados de petróleo, o País segue ampliando a oferta de etanol e biodiesel, além do anúncio do compromisso em aumentar o combustível de aviação de origem vegetal (SAF, a sigla em inglês) no lugar do tradicional querosene.

TRANSIÇÃO RUMO ÀS FONTES RENOVÁVEIS E SOBERANIA NACIONAL

Dessa forma, a possibilidade de continuar explorando as reservas petrolíferas se converte em questão de soberania nacional. O modelo deveria ser alterado para que a Petrobras, na condição de empresa estatal responsável pela atividade, seja a única autorizada a aprofundar essas atividades exploratórias e de pesquisas. Tal procedimento de prudência impediria que as petroleiras estrangeiras possam cometer desastres em razão de sua absoluta falta de compromisso com qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Ao colocar sua empresa de economia mista na linha de frente de exploração destas novas reservas, o governo federal se cercaria de cautela para implementar uma ação coordenada com os demais órgãos envolvidos, como o próprio IBAMA e o Ministério Público.

Por outro lado, o modelo deveria recuperar a ideia do Fundo Soberano, a ser constituído a partir dos ganhos e receitas derivadas desta atividade. Esse sistema foi pensado no início do Pré-Sal, mas aos poucos foi sendo desvirtuado em sua concepção original. A partir de sua recriação, este patrimônio financeiro deveria ser utilizado exclusivamente para a geração de recursos na área da educação e da ciência e tecnologia. Os recursos do Fundo Soberano não poderão ser utilizados, em nenhuma hipótese, para custear outros tipos de despesas orçamentárias.

Com certeza a época do anúncio da liberação por parte do IBAMA não foi a mais adequada do ponto de vista da agenda política. Este tipo de decisão contribui para aumentar ainda mais as enormes dificuldades já enfrentadas pelo Brasil como País que hospeda a COP30. Porém, não é possível que a narrativa das entidades ambientalistas seja a única a expressar alguma alternativa para o complexo caso em questão. Existem outras opções que não seja a simples proibição de explorarmos as reservas. Se os países mais ricos se comprometerem com uma agenda viável de respeito à sustentabilidade, o Brasil tem todas as condições de colaborar positivamente para tanto. Mas não podemos abrir mão desse potencial econômico de forma isolada e irresponsável para com as nossas gerações futuras.

** Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.*

Meta é o pretexto usado para continuar transferindo recursos públicos aos bancos

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse nesta quinta-feira (23) que os preços no Brasil vêm caindo, mas o BC vai manter os juros em 15% ao ano por mais um tempo.

“A inflação e expectativas seguem fora do que é a meta, isso é um ponto de bastante incômodo para o Banco Central, mas estamos falando de uma inflação que está num processo de redução e retorno para a meta”, disse Galípolo no Fórum Econômico Indonésia-Brasil, em Jacarta.

“A economia brasileira vem passando por um ciclo de crescimento contínuo ... e ainda assim com nível de inflação que, apesar de fora da meta, o que demanda o Banco Central permanecer com uma taxa de juros num patamar elevado e restritivo por um período prolongado para que a gente possa produzir essa convergência”, declarou.

Ao manter os juros altos com a inflação em baixa, Galípolo prejudica o desempenho da economia, já em forte ritmo de desaceleração, além de agravar os problemas da indústria brasileira, que luta contra a desindustrialização. Descontada a inflação esperada da taxa de juros nominal, o juro real deve encerrar o ano acima dos 10% ao ano, firmando o Brasil entre os maiores juros do planeta.

Enquanto os juros altos penalizam a produção e a vida dos brasileiros, o sistema financeiro se beneficia com a transferência de recursos públicos no montante se aproxima de 1 trilhão de reais para bancos e demais rentistas. Em 12 meses, até agosto deste ano, a despesa com pagamento de juros foi de R\$ 946,5 bilhões. Para manter essa sangria, é grande a orquestração por cortes de despesas em saúde, educação, previdência social, Benefício de Prestação Continuada, seguro defeso, segurança pública e o salários dos servidores. Nenhuma palavra sobre as despesas com juros.

No início desta semana, o presidente Lula voltou a defender a redução dos juros, o que permitirá a retomada da expansão dos investimentos no país. “Eu quero que os empresários todos ganhem muito dinheiro, que as suas empresas possam crescer, produzir, gerar emprego”, afirmou Lula. “O Banco Central vai precisar começar a baixar os juros”, cobrou.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, “os juros praticados no Brasil são uma barreira intransponível ao desenvolvimento. A taxa atual asfixia as empresas, empobrece as famílias,

compromete empregos e perpetua a desigualdade. Tudo isso em nome do rentismo”.

“As expectativas de inflação vêm caindo e já estão dentro do intervalo da meta. Por que isso só é considerado quando se trata de elevar a Selic, mas nunca quando se discute reduzi-la?”, cobrou o dirigente da CNI.

INDÚSTRIA EM DESACELERAÇÃO

A CNI aponta que a redução do ritmo de atividade da indústria de transformação “se deve, em primeiro lugar, ao patamar elevado dos juros”. No segundo trimestre deste ano, o nível de crescimento do principal ramo da indústria registrou queda de -0,5%, resultado que agrava o recuo de 1% observado no trimestre de janeiro a abril deste ano. O crescimento esperado este ano para a Indústria de transformação é de apenas 0,7%.

No terceiro trimestre, conforme indicadores da CNI, o empresariado da indústria seguiu reportando dificuldades no setor. As taxas de juros elevadas estão entre os principais problemas apontados pelos industriais pelo baixo desempenho no período.

O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, afirma que a “Sondagem industrial” de setembro deste ano, “mostra um quadro difícil para a indústria, uma perda de ritmo, um desaquecimento significativo”.

“A gente tem uma perda da produção, uma queda da produção na passagem de agosto para setembro, também uma queda do número dos empregados e um importante aumento dos estoques indesejados”, citou o economista. “Os estoques não só aumentaram no mês, como se afastaram do desejado pelos empresários, há um acúmulo de estoques nesse período”.

“Esse acúmulo dos estoques indesejados aconteceu mesmo com uma queda da produção. Sinal de que a demanda surpreendeu negativamente os empresários”, reforçou. “Uma das principais razões para a queda na demanda é a própria elevação das taxas de juros”, apontou Marcelo Azevedo.

“[Com o] crédito mais caro por conta das taxas de juros, os consumidores começam a evitar certas compras, mas isso acaba se espalhando pela economia, as famílias começam a ter um pouco menos de renda, mais endividamento, às vezes até mais inadimplência; então a demanda, de uma forma geral, vai caindo e a indústria vem sentindo isso, como mostrou essa pesquisa, com uma queda da produção aliada a um acúmulo dos estoques indesejados”, completou Azevedo.

Petrobrás tem excelência para explorar a Margem Equatorial, afirma ministro

O ministro das Cidades, Jader Filho, reafirmou a capacidade técnica e excelência da Petrobrás para estudos e possível exploração do petróleo da chamada Margem Equatorial, localizada na bacia sedimentar da Foz do Amazonas.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), na terça-feira (21), Jader registrou o histórico compromisso da estatal com questões ambientais, rebatendo as críticas daqueles que foram contra o aval do Ibama.

“É muito importante ter clareza de um detalhe: que a Petrobrás tem excelência na questão da exploração e que não tem um registro de qualquer evento que possa desabonar os técnicos, os profissionais da empresa”, disse o ministro, lembrando que o que está sendo discutido não é exploração, mas o estudo da bacia.

“Ninguém vai iniciar o processo de exploração

neste momento. O que estamos fazendo é um processo de estudo para entender o que tem lá embaixo; e que reserva é essa a que o Brasil tem direito”, acrescentou.

Identificado como bloco FZA-M-59, a autorização para início da perfuração do poço para pesquisa exploratória foi concedida pelo Ibama na segunda-feira (20) após anos de análises. O poço em águas profundas do Amapá está localizado a 500 km da foz do rio Amazonas e 175 km da costa, na Margem Equatorial brasileira.

O ministro também lembrou que outros países da região já exploram petróleo na faixa equatorial e que o Brasil tem o direito de se beneficiar de suas riquezas.

“A gente não pode ter preconceito. Precisamos aprender, estudar, entender e ter responsabilidade com o meio ambiente. E a Petrobrás precisa dar segurança de que não haverá nenhum problema ecológico naquela região, a partir dessa exploração”, disse.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ricardo Stuckert/PR

Brasil e Malásia planejam produzir chips em conjunto, anuncia a ministra Luciana

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou que o governo federal está dando suporte para que o Brasil desenvolva a produção de semicondutores e anunciou parceria entre empresas brasileiras e da Malásia.

Durante viagem à Malásia, na qual acompanhou o presidente Lula, a ministra defendeu que “nenhum país do mundo pode abrir mão do domínio tecnológico” na produção de semicondutores. “Cada qual no seu estágio de desenvolvimento e de domínio, mas nós não podemos ficar fora dessa cadeia produtiva”.

Em entrevista ao site Brasil de Fato, Luciana Santos informou que o governo federal está ajudando na construção de uma joint venture entre a brasileira Tellescom e uma empresa da Malásia para a produção de semicondutores.

Ela anunciou que “há uma construção nessa direção, de fazer uma joint venture entre a Tellescom e a empresa malasiana”.

A cooperação entre Brasil e Malásia tem sido uma “experiência muito promissora”, contando com o intercâmbio de especialistas para a realização de cursos e acordos para o desenvolvimento ou a transferência de tecnologia.

Luciana ainda comentou sobre a posição favorável do Brasil para conseguir desenvolver a produção de semicondutores. “Nós temos os minerais, nós temos a possibilidade, por conta das nossas vocações naturais, as nossas reservas e, nesse sentido, nós retomamos o Ceitec, que era a única fábrica de semicondutores no Brasil, que foi desestatizada no governo anterior”, citou.

“Com isso, a gente movimenta todo o ecossistema que envolve empresa privada, a Tellescom, nesse esforço com a Malásia, e também envolve os nossos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento”, continuou.

Segundo a ministra da Ciência, “a gente faz aquilo que é muito importante para qualquer resultado de inovação, que é produto e serviço na ponta, entrega para as pessoas como solução”.

“Estamos fazendo aquilo que é a tripla hélice, juntando a iniciativa privada, a academia e o Estado, num esforço conjunto de a gente aproveitar essa expertise que tem a Malásia, que é o sexto exportador, como você bem disse, para fazer essa sinergia”, acrescentou.

Luciana Santos ainda falou sobre os desafios do Brasil para conseguir explorar as terras raras, cuja importância tem crescido com tecnologias modernas, como smartphones e carros elétricos. Ela falou que, em cálculos iniciais, o Brasil tem “50 milhões de toneladas de óxido em terras raras”, principalmente no Amazonas, Goiás e Minas Gerais.

O presidente Lula determinou a criação de um conselho para discutir a questão das terras raras.

Luciana apontou que o governo federal “quer potencializar para fazer uma rede, um programa que possa dar respostas tanto às nossas vocações naturais, às nossas potencialidades, à nossa capacidade instalada para ter resultados objetivos. Entrar naquilo que é o grande desafio das nações, além do domínio tecnológico, é você ter o produto manufaturado para a gente poder entrar com força nesse desafio que é tão contemporâneo”.

Trump acabou obrigado a negociar com o Brasil



Ricardo Stuckert/PR

Lula, Trump e suas equipes na reunião da Casa Branca discutem tarifas e sanções

Lewandowski rebate Castro: ‘governo do Rio de Janeiro não fez nenhum pedido’

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, declarou que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), deve “assumir suas responsabilidades” diante da escalada de violência no estado ou reconhecer que perdeu o controle sobre a segurança pública e solicitar uma intervenção federal. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

Em entrevista à imprensa, Lewandowski rebateu as declarações do governador do Rio de Janeiro e afirmou que nenhum pedido foi feito ao governo federal.

“Não recebi nenhum pedido do governador do Rio de Janeiro, enquanto ministro da Justiça e Segurança Pública, para esta operação. Nem ontem, nem hoje, absolutamente nada”, afirmou o ministro, qualificando a megamatança promovida por Castro como “cruenta”.

O ministro se colocou à disposição e se solidarizou com os policiais mortos na operação. “Quero apresentar a minha solidariedade às famílias dos policiais mortos, e minha solidariedade às famílias dos inocentes que também pereceram nesta operação. Ainda me colocar à disposição das autoridades do Rio para qualquer auxílio que for necessário”.

Segundo o ministro,

o governador bolsonarista poderia também pedir ao governo federal a decretação de um estado de sítio ou de uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem), medidas que permitem o uso das Forças Armadas para conter a crise.

Mas não o fez. Ao contrário, numa postura pusilânime, chegou, no início do dia de ontem (28) a responsabilizar o governo federal pelo maior banho de sangue da história do Rio de Janeiro, resultante do confronto das forças de segurança e o crime organizado.

Depois, em telefonema à ministra Gleisi Hoffmann, recuou, pois nunca houve qualquer solicitação de ajuda federal para reforçar a segurança pública no estado e combater o crime organizado que se alastra de forma preocupante. Além do mais, pela Constituição Federal, a segurança pública, no Rio e em outros estados, é de responsabilidade do governo estadual e não do federal.

“Se ele sentir que não tem condições, ele tem que jogar a toalha e pedir GLO ou intervenção federal. Ou ele faz isso, se não conseguir enfrentar, ou vai ser engolido pelo crime”, afirmou o ministro.

MAIS LETAL

A operação da polícia nos complexos da Penha

e do Alemão, realizada nesta terça-feira, é a mais letal da história do Rio de Janeiro. Até o momento, foram confirmadas mais de 60 mortes, entre elas quatro policiais. Os outros 52 são suspeitos, segundo a Polícia Civil. Porém, moradores do Complexo da Penha levaram, até a manhã desta quarta-feira (29), mais de 65 corpos para a Praça São Lucas, que não estavam nas informações oficiais.

O número de mortos é muito mais do dobro do registrado na ação do Jacarezinho, em 2021, quando 28 pessoas foram mortas.

O objetivo da ação é cumprir mandados de prisão contra integrantes do Comando Vermelho (CV) — 30 deles oriundos de outros estados — escondidos nos dois conjuntos de favelas. Até o fim da manhã, 81 pessoas haviam sido presas e 42 fuzis apreendidos na operação, que mobilizou 2,5 mil policiais e promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/MPRJ).

Antes da ação desta terça-feira, a operação da Polícia Civil no Jacarezinho, comunidade da Zona Norte do Rio, era considerada a mais letal da história do estado. Ao todo, foram 28 mortos. A operação ocorreu em 6 de maio de 2021.

Defesa de Bolsonaro recorre da condenação e jura que trama de golpe foi de “mentirinha”

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar entre 7 e 14 de novembro, no plenário virtual, os recursos de Jair Bolsonaro e de outros seis réus do chamado “núcleo crucial” da trama golpista que foram apresentados à Corte. Em mais de 80 páginas, os advogados insistem nas teses de falta de tempo hábil para analisar a documentação do processo, de cerceamento de defesa, de que houve desistência e de que a delação de Mauro Cid deveria ser anulada.

Os advogados de Bolsonaro e demais réus apresentaram os chamados embargos de declaração. Esse tipo de recurso não chega a mudar a sentença porque pede esclarecimento sobre omissões e contradições nos votos, mas pode levar a uma redução no tamanho das penas. Todos os argumentos apresentados nos recursos já foram rejeitados pela Primeira Turma durante o julgamento.

Nada foi dito de convincente sobre as provas encontradas da preparação dos assassinatos de Lula, Alckmin e Moraes.

O ministro Gilmar Mendes foi citado sete vezes ao longo do recurso, enquanto Luiz Fux, ministro que votou pela absolvição do chefe dos golpistas, foi mencionado seis vezes. A defesa usou trechos do voto de Fux para reafirmar que houve cerceamento de defesa e para alegar que o próprio ministro teria deixado aberta a possibilidade de considerar que Bolsonaro teria desistido da trama golpista. Segundo a defesa, o voto divergente de Fux confirma que a tese da defesa faz sentido. Isso reforçaria que, caso houvesse início de execução, o réu deliberadamente interrompeu o curso dos fatos, caracterizando a desistência voluntária. “Ao não enfrentar tais fundamentos, o acórdão incorre em omissão relevante e qualificada, violando o dever consti-

tucional de motivação”, diz o recurso.

“O acórdão, dada a máxima vênica, esforça-se para colocar o embargante [Bolsonaro] como uma figura onipresente nos fatos narrados sem, contudo, demonstrar ações concretas e as provas correspondentes. E, desta forma, repete fundamentos contraditórios, nos quais as premissas anunciadas e as conclusões alcançadas não encontram respaldo na prova trazida a título de fundamentação (...)”, diz a defesa.

Os advogados afirmam que não há provas que vinculem o chefe da trama aos crimes apontados e que o acórdão não explicou direito os parâmetros utilizados para se chegar à pena. Ao final, pedem que esses parâmetros e a condenação sejam revistos. Eles voltaram a argumentar que o julgamento usou uma delação premiada “viciada e contraditória” de Mauro Cid e teve erro jurídico na aplicação das penas.

Trump acabou obrigado a negociar com o Brasil

Maneira firme com que o presidente Lula agiu em defesa do Brasil quebrou a arrogância de Trump. Presidente cobrou o fim do tarifaço e das sanções a autoridades

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Donald Trump se reuniram pela primeira vez na tarde do domingo (26), madrugada no horário de Brasília, na Malásia. O encontro se deu após uma elevação da tensão entre os dois países, fruto da decretação unilateral pelos EUA de sobretaxas a produtos brasileiros, de sanções contra autoridades brasileiras e uma intromissão indevida de Donald Trump nos assuntos internos do Judiciário brasileiro.

A maneira firme e altiva com que o presidente Lula lidou com as chantagens e ameaças feitas pelo governo norte-americano ao Brasil fez com que o ocupante da Casa Branca fosse obrigado a rever seu comportamento e se sentasse para iniciar as negociações cobradas pelo governo brasileiro. Após o encontro, que durou cerca de 45 minutos, o presidente brasileiro disse que os dois acertaram de começar a negociar imediatamente o tarifaço e as sanções a autoridades impostas pelos EUA.

O encontro contou com a participação do Secretário de estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, e Jamieson Greer, representante comercial dos Estados Unidos. Pelo lado brasileiro, além de Lula, estavam o chanceler Mauro Vieira, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa e o assessor adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil, Audo Araújo Faleiro.

“Tive uma ótima reunião com o presidente Trump na tarde deste domingo, na Malásia. Discutimos de forma franca e construtiva a agenda comercial e econômica bilateral. Acertamos que nossas equipes vão se reunir imediatamente para avançar na busca de soluções para as tarifas e as sanções contra as autoridades brasileiras”, afirmou Lula após o encontro. Depois da reunião, em um evento com empresários na Malásia, Lula se disse agradecido e afirmou que ele e Trump conseguiram “fazer uma reunião que parecia impossível”.

Na primeira parte do encontro, Lula e Trump falaram com os jornalistas por cerca de 10 minutos. Trump disse ser uma honra estar com o presidente do Brasil e que provavelmente eles fariam “alguns bons acordos”. “Nós vamos discutir [tarifas] um pouco. Nós sabemos que nós nos conhecemos. Nós sabemos o que cada um quer”, disse Trump. Perguntado sobre Jair Bolsonaro, o presidente norte-

-americano disse que “se sente mal” pelo que o ex-presidente brasileiro passou, mas deu a entender que é assunto superado.

Após a reunião, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, disse que a reunião “foi muito positiva” e que os dois países concordaram em negociar o tarifaço imposto ao Brasil. Lula, por sua vez, disse que tinha uma pauta extensa para discutir com Trump e que não havia motivos para desavença entre EUA e Brasil. “Não há nenhuma razão para que haja qualquer desavença entre Brasil e Estados Unidos”, afirmou o presidente brasileiro.

Trump informou ao chanceler brasileiro que daria instruções à sua equipe para iniciar um processo de negociação bilateral ainda neste domingo. “A reunião foi muito positiva e esperamos em pouco tempo agora concluir uma negociação bilateral que trata de cada um dos setores da atual tributação americana ao Brasil”, disse Vieira. “Trump declarou que dará instruções à sua equipe para começar um processo de negociação bilateral, que deve se iniciar hoje ainda – já que é para tudo ser resolvido em pouco tempo”, prosseguiu.

Lula também abordou a situação entre os EUA e a Venezuela, tendo se prontificado a ser um contato de comunicação entre os dois países. Donald Trump tem escalado as provocações ao país vizinho sob o pretexto de combater o narcotráfico. O governo do venezuelano Nicolás Maduro acusa os EUA de tentarem invadir o país latino-americano para derrubar seu regime e se apoderar de seu petróleo. “O presidente Lula disse que a América do Sul é uma região de paz e se prontificou a ser interlocutor, como foi no passado, com a Venezuela, para se buscar soluções que sejam mutuamente aceitáveis e corretas entre os dois países”, disse o chanceler.

O secretário-executivo do MDIC também afirmou que os presidentes não abordaram diretamente a questão do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a reunião. “Isso não foi discutido. A questão do Bolsonaro apareceu antes, na entrevista, mas muito lateralmente”, disse Rosa. “O que o presidente Lula usou como exemplo é a injustiça da aplicação da Lei Magnitsky contra algumas autoridades do STF [Supremo Tribunal Federal] e o quão injusta é a aplicação dessa lei sobre esses ministros porque respeitou-se o devido processo legal e não há nenhuma perseguição política ou jurídica”, destacou o secretário.

Ato na Catedral da Sé lembra os 50 anos do assassinato covarde de Vladimir Herzog

Foi realizado no sábado (25) na Catedral da Sé, no centro de São Paulo, um ato inter-religioso para marcar os 50 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, na capital paulista, durante a ditadura militar. O presidente em exercício Geraldo Alckmin (PSB) compareceu ao evento acompanhado da esposa Lu Alckmin.

Organizada pela Comissão Arns e pelo Instituto Vladimir Herzog, a cerimônia recriou o protesto histórico realizado em 1975, que reuniu milhares de pessoas em um ato silencioso contra o regime e se tornou um marco da resistência à ditadura. Naquele dia, mais de 8 mil pessoas lotaram a Catedral da Sé durante a missa de sétimo dia de Herzog, conduzida por Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o reverendo Jaime Wright, com apoio do jornalista Audálio Dantas, então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Cinquenta anos depois do ato, que foi realizado sob forte repressão e que marcou um divisor de águas na luta pela redemocratização do país, a cerimônia homenageia Herzog e todas as vítimas da ditadura militar, reunindo lideranças religiosas, familiares, artistas, parlamentares e autoridades. A cerimônia começou às 19h, com apresentação do Coro

Luther King, seguida de manifestações inter-religiosas com a presença de Dom Odilo Pedro Scherer, da reverenda Anita Wright, filha de Jaime Wright, e do rabino Ruben Sternschein.

O evento contou ainda com apresentações culturais e a exibição de vídeos inéditos, incluindo uma leitura da carta de Zora Herzog, mãe de Vlado, interpretada pela atriz Fernanda Montenegro. Também estiveram presentes José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça, amigos e familiares de Herzog, além de representantes das instituições organizadoras. Como parte das homenagens, o Instituto Vladimir Herzog lançou um dossiê especial com a trajetória e o legado do jornalista, reunindo fotos, documentos e registros históricos disponíveis no acervo do instituto.

Em 25 de outubro de 1975, Vladimir Herzog se apresentou espontaneamente ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre seu trabalho. Horas depois, estava morto. O regime militar divulgou que ele havia cometido suicídio — uma versão desmentida por fotos e perícias que comprovaram o assassinato. A imagem do corpo de Herzog, com os joelhos dobrados e amarrado a uma janelinha mais baixa que sua altura, comoveu o país e escancarou a brutalidade da repressão.

Amorim repudia agressão dos Estados Unidos na Venezuela

O assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Celso Amorim, reiterateu a posição do Brasil em relação à escalada de tensões no continente, em entrevista na sexta-feira (24) à agência de notícias AFP.

Para ele, uma “intervenção externa” na Venezuela é inaceitável e “pode incendiar a América do Sul”. “Não podemos aceitar uma intervenção externa, pois isso provocaria um enorme ressentimento”, afirmou Amorim. “Isso poderia inflamar a América do Sul e levar à radicalização da política em todo o continente”, destacou o auxiliar de Lula.

Amorim expressou preocupação com os

ataques americanos sem “nenhuma prova” contra embarcações de supostos traficantes de drogas no Caribe, perto do litoral venezuelano.

Antes, mesmo sem citar Trump, o presidente Lula fez uma série de críticas indiretas aos ataques, que agora se estenderam também ao Pacífico. “Você não está aí para matar as pessoas, você está para prender. Antes de punir alguém, é preciso julgar, ter provas. Você não pode simplesmente dizer que vai invadir o território de outro país. É preciso respeitar a Constituição, a autodeterminação dos povos e a soberania territorial”, disse Lula.

O presidente propôs até conversar sobre o tema com o americano.

Cláudio Castro promove banho de sangue no Rio de Janeiro

Operação “Contenção” coordenada por Cláudio Castro nos complexos do Alemão e da Penha já é considerada a mais letal da história do Estado

Ação propagada pelo governador Claudio Castro (PL) como uma “guerra” contra uma suposta expansão do Comando Vermelho resultou em um verdadeiro banho de sangue com mais de 130 mortos e o sentimento de medo e de impotência tomando conta do Rio de Janeiro.

A operação “Contenção” coordenada por Cláudio Castro nos complexos do Alemão e da Penha já é considerada a mais letal da história do Estado. Nesta quarta-feira (29), mais de 70 corpos foram localizados e retirados por moradores de uma área de mata do Complexo da Penha após o morticínio comandando pelo governador Claudio Castro (PL) em comunidades do Rio de Janeiro.

Os corpos foram reunidos na Praça São Lucas, no centro da comunidade, e de acordo com os moradores, não fazem parte da contagem oficial de 64 mortos registrados na terça (28).

O governo fluminense tomou a opção de um confronto direto contra criminosos, ignorando as ações de inteligência para neutralizar as facções e transformando as comunidades, onde cerca de 200 mil trabalhadores e seus familiares vivem, em um palco de guerra.

Pelo menos 2.500 agentes das forças de segurança do RJ saíram para cumprir 100 mandados de prisão. Traficantes reagiram a tiros e com barricadas em chamas, dezenas de colunas de fumaça podiam ser vistas de diversos pontos da cidade.

A Polícia Civil afirmou ainda que, em retaliação, criminosos lançaram bombas com drones. Outros fugiram em fila indiana pela parte alta da comunidade, em uma cena semelhante à disparada de bandidos em 2010, quando da ocupação do Alemão.

Segundo o balanço parcial: 60 suspeitos haviam sido mortos em confronto. Dois eram da Bahia; outro, do Espírito Santo. Agentes de segurança foram baleados, e pelo menos 4 morreram. Além deles, 3 inocentes foram baleados.

Mais de 80 homens foram presos, 5 foram baleados e internados sob custódia no Hospital Estadual Getúlio Vargas, na Penha. Os policiais também teriam apreendido 75 fuzis, 2 pistolas e 9 motos.

Para justificar o massacre, Cláudio Castro tentou culpar o governo federal e ignorando o fato

da segurança pública ser responsabilidade do seu governo. Segundo ele, “tivemos pedidos negados três vezes, cada dia uma razão para não estar colaborando”.

Castro atuou firmemente contra a PEC da Segurança Pública – projeto apresentado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para ampliar o combate centralizado às organizações criminosas como o Comando Vermelho, o PCC e as milícias que ocupam territórios do Rio de Janeiro, tenta agora jogar a responsabilidade por sua lambança no governo federal.

RESPOSTA FEDERAL

O Ministério da Justiça rebateu Castro e afirmou que atendeu “prontamente” todos os pedidos do estado para o emprego da Força Nacional no combate ao crime organizado.

A pasta destacou que, desde 2023, acatou todas as 11 solicitações de renovação da Força Nacional de Segurança Pública no território fluminense. Também citou a realização de operações conjuntas da Polícia Federal com as polícias estaduais e o envio de recursos do governo federal para investir no sistema penitenciário e na segurança pública.

O Ministério citou a reunião de Castro com o ministro Ricardo Lewandowski, em fevereiro deste ano. “A ocasião, o ministro atendeu a um pedido do estado e ofereceu dez vagas em presídios federais para alocar lideranças criminosas do Rio de Janeiro”, diz o texto. “O Ministério da Justiça e Segurança Pública reafirma seu compromisso com o Estado do Rio de Janeiro, promovendo a segurança pública por meio do apoio integrado.”

Dados sobre prisões e apreensões de drogas e armas refletem o “esforço contínuo” da PF no enfrentamento às facções, diz o ministério. “Só em 2025, foram realizadas 178 operações no Rio, sendo 24 delas relacionadas a tráfico de drogas e armas. Ao todo, foram 210 prisões efetuadas, das quais 60 estão diretamente relacionadas a investigações sobre o tráfico de drogas e armas. No mesmo período, foram apreendidas 10 toneladas de drogas e 190 armas de fogo, incluindo 17 fuzis”, diz a nota.



Tomaz Silva/Agência Brasil

Familiars denunciaram sinais de execução em mortos na operação



Ao menos 130 pessoas foram mortas durante ação eleitoreira de Castro



População reuniu mais de 70 corpos deixados pela polícia na comunidade



ATP

Com vitória, tenista brasileiro chegou a 24º no ranking

João Fonseca conquista o título do Torneio de Tênis da Basileia

O brasileiro João Fonseca, tenista de apenas 19 anos, fez história ao vencer neste domingo (26), na Suíça, o espanhol número 18 do mundo, Alejandro Davidovich Fokina, por 2 sets a 0 e conquistar o título do ATP 500 da Basileia, terra de Roger Federer.

O tenista brasileiro superou a marca do suíço no torneio, sendo campeão aos 19 anos e 2 meses, enquanto Federer, que chegou à sua primeira final com a mesma idade, só foi vencer na Basileia com 25 anos. Este foi o segundo título do brasileiro no circuito profissional da ATP. Em fevereiro, Fonseca foi campeão em Buenos Aires. O tenista também soma conquistas importantes no juvenil, incluindo o US Open (2023) e o Next Generation (2024).

Para chegar à final e conquistar o título, o brasileiro também venceu Giovanni Pericard, Mesik (WO), Shapovalov e Munar, antes de consumir a vitória diante de Fokina, que venceu pela se-

gunda vez só neste ano, após o Masters 1000 de Cincinnati, nos Estados Unidos.

João Fonseca começou a decisão muito bem e abriu rapidamente vantagem por 3 a 0. O brasileiro quebrou o serviço do espanhol sem deixá-lo ganhar um ponto sequer. Fokina até devolveu a quebra e chegou a encostar, mas voltou a ser quebrado, e Fonseca fechou o primeiro set em 6/3.

E o segundo set começou da melhor maneira possível. Fonseca abriu 40 a 0, viu Fokina encostar, mas confirmou a quebra e largou na frente com um 2 a 0. Assim como no primeiro set, Fokina encostou novamente no placar, mas João caprichou no serviço e contou com uma sequência de aces para seguir em vantagem. O brasileiro chegou a ter um match point no nono game, quando quase quebrou de novo o espanhol, mas viu Fokina confirmar o saque. Fonseca fechou o jogo então por 6/4.

Tarcísio tenta fechar a Fundação para o Remédio Popular em conluio com grandes farmacêuticas

Avança na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 49/2025, encaminhado pelo governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), que propõe a extinção da Fundação para o Remédio Popular (FURP) – o maior laboratório público de medicamentos da América Latina e responsável pela produção de remédios de baixo custo distribuídos ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na última quarta-feira (22), a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou, por 8 votos a 3, o parecer favorável à constitucionalidade do projeto, mesmo diante de fortes críticas de trabalhadores, entidades da saúde e parlamentares da oposição. Com a aprovação, o texto segue para as comissões de Administração Pública e Relações do Trabalho, e de Finanças, Orçamento e Planejamento.

O governo estadual justifica a proposta alegando que a FURP enfrenta déficit financeiro e baixa produtividade. O projeto prevê que suas atividades, contratos e parte dos servidores sejam incorporados pelo Instituto Butantan, sob o argumento de “modernizar” e “dar eficiência” à gestão. No entanto, o texto também autoriza a venda dos imóveis e ativos da fundação, localizados em Guarulhos, na Grande SP, e América Brasileira, no interior do Estado, especialmente o terreno de 192 mil metros quadrados em Guarulhos, área valorizada próxima à Via Dutra e à futura estação do Metrô.

Para os trabalhadores e entidades de saúde, a medida representa um ataque



Reprodução

“Fechar a FURP é mais um grande negócio”, dizem trabalhadores e representantes da saúde

ao SUS e à produção estatal de medicamentos essenciais. Durante audiência pública que antecedeu a votação da CCJR, servidores e parlamentares denunciaram um processo de sucateamento deliberado da fundação, apontando falta de investimentos e redução de pessoal como estratégias para justificar sua extinção.

“Fechar a FURP é mais um grande negócio, mascarado pelo cansativo discurso de eficiência de gestão e de ajuste fiscal, que Tarcísio repete a cada passo. Objetivamente, é mais um conluio que reúne interesses das grandes farmacêuticas e o mercado imobiliário”, destaca a bancada estadual do PT.

“O que falta à FURP não é capacidade, é investimento. Hoje temos produtos estratégicos que sustentam sua importância”, afirmou o representante dos funcionários, Alex Caetano, alertando ainda para o risco de demissões em massa, já que apenas parte dos trabalhadores seria absorvida pelo Butantan.

Deputados da oposição

denunciam a falta de menção aos 480 trabalhadores contratados em regime CLT, que podem ser demitidos com o fim da fundação. Antonio Donato, líder do PT na Alesp chegou a apresentar emenda ao projeto que exclui a possibilidade de extinção e de venda de imóveis.

“Se a FURP enfrenta dificuldades orçamentárias, o caminho adequado não é sua extinção, mas sim a revisão de sua gestão, o fortalecimento de sua estrutura administrativa e técnica, a ampliação dos investimentos públicos e a articulação de parcerias com universidades e institutos de pesquisa”, defende Donato.

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Setorial de Saúde do PT de São Paulo manifestaram repúdio ao projeto, classificando-o como “um dos mais graves ataques à saúde pública paulista” e denunciando possíveis interesses imobiliários e privados por trás da proposta.



ALRGs

Ela denunciou uso político do caso

Juliana Brizola repudia acusações sobre os cuidados com a avó

A ex-deputada estadual Juliana Brizola (PDT) reagiu publicamente ao seu indiciamento pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, que a acusa de ter se apropriado de valores pertencentes à sua avó materna, Dóris Daudt, de 99 anos. Em nota e declarações oficiais, Juliana classificou o caso como uma tentativa de destruição de reputação com motivação política e familiar, e apresentou documentos que, segundo ela, comprovam a inexistência de qualquer irregularidade.

O episódio surge no momento em que Brizola desponta como um dos principais nomes progressistas para a disputa do governo gaúcho em 2026. A deputada afirma ser vítima de uma ofensiva movida por interesses pessoais e políticos, articulada a partir de uma disputa familiar antiga, e potencializada por setores que tentam impedir sua ascensão eleitoral.

Segundo o inquérito, o caso teve início após o tio da deputada, Alfredo Daudt Júnior, assumir temporariamente a curatela da mãe no início deste ano e alegar supostos descuidos de Juliana com a idosa.

A assessoria da parlamentar contesta essa narrativa e lembra que ele permaneceu no cargo por apenas dois dias, até que a Justiça devolveu a curatela à própria Juliana, reconhecendo sua dedicação constante à avó.

Em nota, a defesa da deputada, conduzida pelo escritório Aury Lopes Jr Advogados, afirmou “lamentar profundamente a divulgação da investigação” e declarou discordância total das conclusões apresentadas pela autoridade policial, destacando que Juliana colaborou integralmente com a apuração, apresentando todos os esclarecimentos solicitados.

A defesa reforça que não há qualquer crime configurado. Segundo os advogados, “os fatos foram apresentados de maneira distorcida e serão devidamente esclarecidos no juízo cível, esfera competente para a discussão, pois o que existe, na realidade, é uma divergência familiar, consubstanciada em pedido de prestação de contas formulado por familiar insatisfeito”.

Juliana e sua avó mantêm uma conta conjunta desde 2018, aberta ainda durante o mandato parlamentar, com movimentações mistas de receitas e despesas de ambas — algo que, segundo a defesa, “jamais configurou apropriação indevida de bens, pensão ou rendimentos”.

Em pronunciamento, Juliana reafirmou o vínculo de afeto e responsabilidade com Dóris Daudt:

“Dedico amor e cuidado à minha avó Dóris Daudt a vida toda. Há 20 anos, sou responsável por todo seu suporte. O processo que está sendo exposto pela mídia neste momento é movido por um filho que a abandonou há décadas e agora busca obter benefício financeiro de uma senhora de 99 anos.”

Ela destacou que é a única familiar que vive em Porto Alegre, onde acompanha de perto a rotina e os cuidados da idosa. “Desde jovem, mantemos uma relação profundamente afetiva e materna. Fui criada por ela e, hoje, retribuo com cuidado, presença e responsabilidade todo o carinho que sempre recebi.”

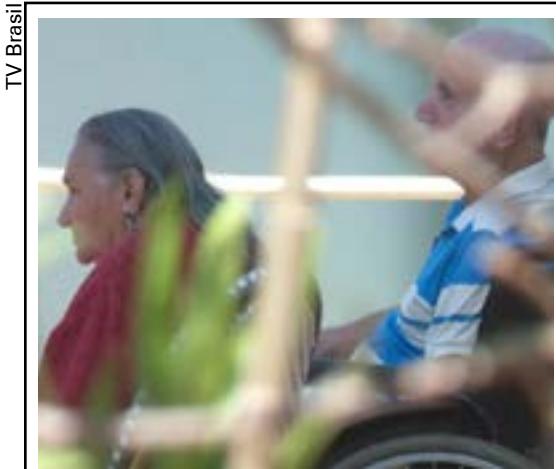
Faculdade da USP rompe relações com universidade de Israel em repúdio ao genocídio de palestinos

Após protestos estudantis e de parte do corpo docente, a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) votou pela antecipação do fim do convênio firmado com a Universidade de Haifa, em Israel.

Com 46 votos favoráveis à renúncia do convênio, de 54 possíveis, a FFLCH torna-se a primeira unidade da USP a romper oficialmente um acordo com uma instituição israelense. A medida será encaminhada ao Conselho Universitário da USP com a recomendação de que o rompimento se estenda a todos os convênios da universidade com instituições israelenses envolvidas em políticas de apartheid e ocupação. O convênio da FFLCH com a Universidade de Haifa era válido até maio de 2026.

O relatório que embasou a deliberação aponta o envolvimento da Universidade de Haifa em programas militares e de segurança do Estado de Israel, além de denunciar o chamado “escolasticídio” — termo usado por pesquisadores e organismos internacionais para descrever a destruição sistemática das universidades e escolas palestinas em Gaza. “Foi uma vitória da ética sobre a omissão. A universidade pública brasileira não pode ser cúmplice de quem transforma o conhecimento em instrumento de guerra. Hoje, a FFLCH deu um passo histórico e a USP deve seguir o mesmo caminho”, disse o estudante João Conceição, representante discente da Comissão de Cooperação Internacional da FFLCH.

Além da FFLCH, já romperam convênios com instituições israelenses, como a Unicamp (SP), a UFF (RJ) e a UFC (CE). A USP tem convênio com a Universidade de Haifa desde 2018.



Antfip defende fim da contribuição dos aposentados do serviço público

Publicamos, a seguir, artigo de Miguel Arcanjo Simas Nôvo, presidente da Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO*

É hora de corrigir uma injustiça: o fim da contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público

A contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público é uma das maiores injustiças ainda presentes no sistema previdenciário brasileiro. Criada em 2003, pela Emenda Constitucional nº 41, foi apresentada como uma medida emergencial para ajudar a cobrir o déficit dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O problema é que o caráter temporário se perdeu. O que deveria ser uma contribuição excepcional tornou-se permanente, penalizando justamente quem já cumpriu, com décadas de trabalho e contribuição, o seu dever para com o Estado.

Um novo cenário previdenciário

Desde 2013, o Brasil vive uma nova realidade previdenciária. Com a criação do Regime de Previdência Complementar (RPC), os servidores que ingressaram no serviço público passaram a contribuir apenas até o teto do INSS, podendo complementar sua aposentadoria em planos de previdência privada.

Com isso, o governo redesenhou o sistema, criando uma transição natural. Os antigos servidores, vinculados ao RPPS, estão sendo gradualmente substituídos por novos servidores vinculados ao RPC. O resultado é que o déficit que justificava a cobrança dos aposentados vem diminuindo naturalmente, e a contribuição sobre seus proventos perdeu completamente a razão de existir.

Uma desigualdade entre gerações

Hoje, há uma clara injustiça entre gerações de servidores. Os novos servidores, vinculados ao RPC, não pagarão nada após se aposentarem. Já os antigos, que contribuiram durante toda a vida ativa com o total de suas remunerações, sem respeitar o teto do INSS, continuam obrigados a destinar parte de seus proventos — muitas vezes 11% ou 14% — para o RPPS, mesmo sem qualquer contrapartida.

Trata-se de uma distorção que fere o princípio da isonomia, criando cidadãos de primeira e segunda classe dentro do mesmo serviço público.

Tributação sem retorno

A contribuição dos aposentados e pensionistas não gera nenhum direito adicional. Não há aumento de benefício, nem expectativa de nova prestação. É, portanto, uma cobrança sem causa previdenciária, que se tornou apenas um instrumento arrecadatório.

Essa prática contraria o princípio da retributividade, que sustenta qualquer sistema contributivo: quem paga deve receber algo em troca. No caso dos aposentados, a contribuição é apenas uma subtração injusta da renda de quem já fez sua parte.

Um peso social desnecessário

Grande parte dos aposentados e pensionistas vive exclusivamente de seus proventos. Retirar uma fatia significativa dessa renda significa comprometer sua qualidade de vida, especialmente num momento da vida em que as despesas com saúde, medicamentos e cuidados pessoais aumentam.

Além disso, essa contribuição reduz o poder de compra dessa parcela da população, com reflexos negativos no comércio e nas economias locais. É uma medida socialmente injusta e economicamente ineficiente.

Uma proposta justa e equilibrada

A PEC 06/2024 propõe uma solução sensata para corrigir essa distorção histórica. Seu texto prevê a redução gradual da contribuição em 1/10 a cada ano até a extinção total, permitindo que União, estados e municípios se adaptem financeiramente de forma responsável e previsível.

A proposta equilibra justiça social com responsabilidade fiscal, devolvendo aos aposentados e pensionistas o que é deles por direito: a integralidade dos proventos pelos quais contribuíram a vida inteira.

Justiça previdenciária e respeito à dignidade

Extinguir a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas não é privilégio. É ato de justiça, de coerência com o novo modelo previdenciário e de respeito à dignidade da pessoa humana.

Aqueles que dedicaram décadas ao serviço público merecem ser tratados com reconhecimento, e não com desconfiança fiscal. Corrigir essa distorção é restabelecer o equilíbrio entre gerações e reafirmar o valor do servidor público aposentado como pilar do Estado brasileiro.

A contribuição dos inativos cumpriu seu papel histórico. Agora, é hora de deixá-la no passado.

*Presidente da ANFIP Nacional

Marcha dos servidores denuncia “demolição dos serviços públicos”



“Corte nos direitos do servidor desvaloriza carreiras e impõe risco à proteção social”

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) denuncia que “um dos pilares do funcionalismo público brasileiro, os direitos históricos conquistados por meio de décadas de lutas e negociações”, está seriamente ameaçado pela nova proposta de Reforma Administrativa que avança na Câmara dos Deputados.

A CTB se junta às diversas entidades representativas dos servidores públicos e às demais centrais sindicais no repúdio à nova proposta de Reforma, e lança mais um artigo da série “Desmontando a Farsa da Reforma Administrativa”. A série segue analisando, ponto por ponto, “os impactos e retrocessos da proposta sobre o Estado brasileiro e seus trabalhadores”.

“A eliminação de benefícios e a redução da segurança jurídica abrem caminho para um modelo mais precarizado e vulnerável a interferências políticas”, ressalta a CTB.

De acordo com a entidade, o texto, apresentado pelo Grupo de Trabalho criado a partir de iniciativa do deputado Zé Trovão (PL-SC) e que tem relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), corta garantias essenciais dos servidores, como o tempo de serviço, licenças-prêmio, progressões automáticas por tempo e adicionais de insa-

lubridade e periculosidade, “impondo uma reestruturação que afeta diretamente a proteção social e a valorização das carreiras”.

Nesse artigo da série que trata sobre a perda de direitos, a entidade enumera, entre as medidas previstas, a proibição a férias superiores a 30 dias por ano – exceto para professores e profissionais da saúde em ambientes de risco – e proibição ao pagamento de adicional de férias acima de um terço do salário. O artigo cita ainda que o acúmulo de períodos de férias também passa a ser limitado, e os adicionais por tempo de serviço, como triênios e anuênios, deixam de existir.

Além disso, esclarece a CTB, “a proposta extingue a licença-prêmio e outras vantagens baseadas apenas no tempo de trabalho, permitindo apenas a licença para capacitação. Progressões e promoções deixam de ocorrer automaticamente, passando a depender de critérios legais e de desempenho, o que, segundo especialistas, pode abrir margem para subjetividades e perseguições políticas”, salienta.

Segundo a Central, “outro ponto crítico é a restrição aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que deixam de ser pagos de forma geral por categoria. O texto exige pericia individual documentada, o que tende a reduzir a

abrangência desses benefícios, mesmo para trabalhadores expostos a condições nocivas”, afirma.

Conforme informa a CTB, a proposta também proíbe o pagamento de valores retroativos, a conversão em dinheiro de férias ou licenças não usufruídas e o pagamento de bônus, gratificações ou verbas indenizatórias a servidores afastados ou licenciados. Há ainda a extinção da paridade entre ativos e aposentados, com o fim da equivalência de verbas variáveis, e a vedação de extensão de direitos entre carreiras por simetria ou paridade.

Para a Central, “na prática, o conjunto de medidas promove um desmonte das conquistas históricas do serviço público, com impacto direto na atratividade das carreiras e na motivação dos trabalhadores”.

Como reforça o presidente da CTB, Adilson Araújo, essa Reforma “é uma verdadeira contrarreforma: retira direitos, desvaloriza o servidor e ameaça o serviço público como instrumento de justiça social”. Conforme o dirigente sindical, “seu objetivo é claro: enfraquecer o serviço público e transformar o Estado em gestor de interesses privados, comprometendo a qualidade do atendimento à população e o papel do servidor como garantidor dos direitos sociais”.

Entidades de servidores, centrais sindicais e movimentos sociais repudiaram a PEC 38

Milhares de servidores públicos de todo o país paralisaram suas atividades e ocuparam a capital federal, nesta quarta-feira (29), em repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 38) da Reforma Administrativa, que começou a tramitar na Câmara dos Deputados.

A manifestação, que começou logo pela manhã em frente ao Museu Nacional da República e seguiu em passeata pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, reuniu representantes de entidades sindicais do funcionalismo, Centrais Sindicais, entidades do movimento social e servidores que chegaram em caravanas de todas as regiões do Brasil.

DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

Os manifestantes empunhavam faixas e gritavam palavras de ordem como “Reforma Administrativa é o fim do serviço público” e “Nenhum direito a menos”. Ato, protestos e paralisações também ocorreram em diversos estados e municípios. O protesto também contou com a presença de deputados e deputadas federais como Alice Portugal (PCdoB-BA), Rogério Correia (PT-MG), Luciene Cavalcante (PSOL-SP), Pedro Uczai (PT-SC), Pedro Campos (PSB-PE), Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Erika Kokay (PT-DF), que falaram nos carros de som.

Para as lideranças sindicais, a PEC, de autoria dos deputados Zé Trovão (PL-SC), Fausto Santos Jr. (União Brasileira-AM), Marcel van Hattem (Novo-RS), Neto Carletto (Avante-BA) e Júlio Lopes (PP-RJ), com relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), “é retrocesso e desmonte do serviço público”.

De acordo com os sindicalistas, se aprovada, a proposta vai fragilizar carreiras essenciais, reduzir direitos dos servidores e a qualidade do atendimento à população, além de ampliar o espaço para indicações políticas em cargos públicos, entregar o Estado aos interesses privados, com aumento da terceirização, menos concursos, salários menores e privatização de serviços essenciais.

Como afirma a direção do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central/ Sacional Brasília (Sinal), o texto, apresentado pelos autores como uma tentativa de “modernizar o Estado brasileiro”, na verdade, “não é Reforma, é demolição” do serviço público.

DIREITOS EM RISCO

Para o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef), “infelizmente, estamos passando por um grande ataque orquestrado pelas bancadas conservadoras do Congresso inimigo do povo, que retira direitos das servidoras e servido-

res e também da população, ao precarizar os serviços públicos”. “Lutamos pelo reconhecimento, melhores condições de trabalho e tratamento digno a todos os servidores”, afirmou a entidade.

Salientando as ameaças aos direitos dos servidores e ao funcionamento do serviço público contidas no texto, como a ameaça à estabilidade e aos concursos públicos; a adoção de um novo modelo de avaliação proposto, que pode levar a assédio moral e perseguição, e desvalorização das carreiras, com exclusão de progressões automáticas baseadas em tempo de serviço, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) reiterou a defesa “de um serviço público forte, estável e de qualidade, que garanta a efetividade das políticas sociais e o atendimento às necessidades da população brasileira”.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, destacou a unidade do movimento e das centrais sindicais: “É muito importante porque toda vez que a gente esteve juntos, unidos — todas as centrais, todas as esferas — a gente venceu, e agora não vai ser diferente”.

“O deputado Pedro Paulo quer enganar o povo dizendo que essa reforma é para melhorar a vida do servidor. Se fosse para melhorar, ele teria construído o projeto junto com os servidores, e não com os setores patronais, que querem de volta a famigerada PEC 32. Nós não podemos ter dúvida disso: o que eles estão discutindo é a PEC 32 com outro nome. E nós já derrotamos ela uma vez — e vamos derrotar de novo, com luta e mobilização”, prosseguiu Nobre.

PRIVATIZAÇÕES

“Sob argumentos de modernizar o serviço público e combater privilégios, a proposta, na prática, busca fragilizar o serviço público, abrir caminho para a privatização de funções essenciais e transformar direitos em mercadorias, colocando o interesse de poucos acima das necessidades da maioria”, destaca a diretoria do Condsef/Fenadsef.

A professora aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC), Sônia Pereira, presente na manifestação representando a ADUFC, disse que a PEC da Reforma Administrativa “demole o serviço público”. “Nós, servidores, aposentados e da ativa, devemos continuar a nossa luta pela garantia de direitos porque isso significa também a garantia de um serviço público de qualidade para o povo brasileiro, serviço esse que está sofrendo um forte ataque”, alertou.

Conforme o presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), Vitor Pinto Chaves, “este é um momento decisivo para demonstrarmos a força e a unidade da Advocacia Pública Federal e de todo o funcionalismo nesta luta em defesa do serviço público e do Estado brasileiro”.

Sindicato do Saneamento de SP reelege Faggian e reforça ação contra as privatizações

Após três dias de muitos debates e afirmação de compromisso de luta com a categoria, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) encerrou seu 11º Congresso “com espírito de unidade e resistência” e apontando para um novo ciclo de mobilização “em defesa da categoria e dos serviços públicos de qualidade para toda a população”.

O congresso reeleveu José Faggian como presidente da entidade, que, em sua fala de encerramento, destacou o espírito de unidade e luta dos trabalhadores da Sabesp.

“Este Congresso reafirma o que somos: uma categoria forte, unida e disposta a lutar. Saímos daqui com um plano de ação coletivo, enraizado na base, para enfrentar os desafios que estão colocados — a defesa da Sabesp pública, o combate à privatização e a luta por direitos e valorização. O Sintaema segue de cabeça erguida, com coragem e esperança, porque sabemos que é juntos que fazemos a história”, disse.

Ao longo dos três dias de debates, José Faggian e diversas lideranças sindicais também ressaltaram os 50 anos do sindicato “como símbolo da

resistência dos trabalhadores e trabalhadoras que nunca deixaram de lutar pela democracia, pela soberania e pelo direito ao saneamento público e de qualidade”. “Nosso desafio agora é seguir firmes contra o projeto de privatização de Tarcísio de Freitas e reafirmar o papel do serviço público como instrumento de justiça social e proteção ambiental”, reforçou Faggian.

O evento, sob o tema “Democracia, meio ambiente saudável e saneamento para todos”, foi aberto na sexta-feira (24), em São Pedro (SP), em uma cerimônia que reuniu representantes de centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e parlamentares.

“O Sintaema nasceu em tempos de ditadura e nunca se calou diante das injustiças. Ao longo de 50 anos, foi protagonista nas lutas por democracia, por direitos e pela soberania nacional. Esse Congresso reafirma a trajetória de um sindicato combativo, que segue unido na defesa dos trabalhadores e do setor público”, afirmou o ex-presidente do Sintaema e atual secretário sindical nacional do PCdoB, Nivaldo Santana, ao saudar a importância histórica da entidade.





“Há outro caminho”, aponta Axel Kicillof

Oposição dividida permite uma sobrevida a Milei

Milei ganhou uma sobrevida nas eleições intermediárias ao obter 40,8% dos votos, resultado não esperado pelas pesquisas, depois de o fascista estar nas cordas desde abril, a ponto de ter de ser socorrido pelo FMI com US\$12 bilhões, com protestos nas ruas e escândalos rondando a ele próprio e sua irmã Karina, enquanto o peso derretia, o dólar decolava e o risco-país furava o teto, em meio a uma queda histórica no consumo, estagnação e arrocho. A principal força de oposição Fuerza Patria, em conjunto com aliados, ficou com 31,7% dos votos.

Observe-se que esses 40,8% implicam em uma queda de votos de 15 pontos percentuais em relação à eleição de Milei em 2023. E, em comparação com as eleições de meio de mandato de Macri em 2017, La Libertad Avanza (LLA) obteve dois milhões de votos a menos.

Em seu artigo “Hipótese para entender e superar uma derrota”, publicado no Página 12, o sociólogo Atílio Borón considera como primeiro fator que levou as forças em torno do peronismo ao revés, “o governo conseguiu unificar suas forças, razão pela qual La Libertad Avanza foi o único partido político a apresentar sua candidatura em todos os 24 distritos. Fuerza Patria, por outro lado, o fez em 14, enquanto os partidos com ideias semelhantes que compõem a coalizão o fizeram em outros dez. Essa foi uma enorme vantagem concedida ao governo, e teve um preço alto”.

DESORGANIZAÇÃO

Segundo Borón, isso significou que “o movimento Mileismo enfrentou uma multidão de grupos partidários diferentes, desorganizados e sem um diagnóstico e uma estratégia compartilhados para combater La Libertad Avanza”.

Ele aponta ainda que “durante a campanha, a Força Patria e seus partidos aliados não conseguiram oferecer ao eleitorado propostas concretas sobre como sair do desastre econômico e social [causado pelo mileismo]. Não havia slogans claros e distintos: não bastava denunciar os horrores que o governo estava produzindo; era necessário divulgar as propostas do peronismo e seus aliados para sair da crise”.

“Em vez disso”, complementa o sociólogo, “houve uma disputa interminável por candidatos e posições de liderança, alimentando o desinteresse ou apatia da própria base social. Em suma: nenhuma proposta, nenhuma liderança clara para comandar a base, algo que Cristina Fernández, injustamente proscrita e condenada, não estava em condições de fazer. Nessas condições, o resultado não poderia ter sido diferente”.

O segundo fator que interferiu no resultado foi a do “medo do desastre”, como avalia o jornal Página 12. Até poucos dias antes das eleições, o peso estava praticamente se dissolvendo frente ao dólar e nem mesmo torrando os 12 bilhões emprestados – em condições leoninas – pelo FMI conseguiam deter.

Diante de ameaça de colapso cambial, Milei correu a Washington que lhe prometeu mais 20 bilhões de dólares, mas chantageando os argentinos de que o dinheiro só sairia se o candidato capacho de Washington vencesse. Dias antes do pleito foi a vez de uma delegação dos bancos, incluindo representantes do J P Morgan a prometerem outros US\$ 20 bi.

“Estamos aqui para dar a você o apoio que precisa para as próximas eleições. Se perder, não seremos generosos com a Argentina”, ameaçou Trump, com Milei a tiracolo.

Quanto até onde vai esse resgate, lembra a experiência que Trump no seu primeiro mandato salvou Macri com um resgate do FMI. O que não impediu o regime neoliberal de naufragar após endividar terrivelmente o país, e acabou derrotado nas urnas nas eleições seguintes.

Milei se gabou de que o novo Congresso é o “mais reformista” da história, querendo dizer que é o mais reacionário. Mas o LLA não tem maioria no Senado e nem na Câmara, embora a partir de agora tenha a capacidade para derrubar projetos aprovados pelos parlamentares que vetou, o que ocorreu amiúde nos meses recentes.

Juntando com as cadeiras que não foram disputadas neste pleito, o governo tem 104 cadeiras, enquanto que a oposição 103. Há 50 deputados em disputa. O resultado final, em números, deu 9.341.798 para a LLA e 8.077.098 ao peronismo.

Parte dos ganhos na bancada da LLA propriamente dita apenas significam que no lugar de deputados neoliberais macristas ou da ala colaboracista dos radicais entraram energúmenos mais diretamente ligados ao homem da motosserra. Os macristas perderam 13 deputados e a UCR, 8.

Os entreguistas argentinos estão em estado de êxtase e buscam exagerar seu sucesso ou o grau de divisão interna do peronismo, aproveitando para enxovalhar Cristina Kirchner. Nas vésperas da eleição, o estado de ânimo era outro nas hostes de Milei, conforme o jornal La Nación, com ministros anunciando previamente a demissão e planos sobre como reaproximar parlamentares e governadores.

Já os peronistas, dos 47 de 99 mandatos na Câmara que estavam em disputa garantiram todos, mantendo esse total de 99 mandatos.

O agravamento da crise vai chamar a oposição argentina a trabalhar ainda mais pela unidade e contra o entreguismo, a estagnação e o corte de direitos.

Instado a ser o porta-voz do peronismo, na condição de governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof chamou todos os setores do partido a cerrarem fileiras, proclamação feita ao lado do ex-ministro e ex-candidato presidencial Sérgio Massa e do deputado Máximo Kirchner, filho de Cristina.

Ele se concentrou em destacar que, após 7 de setembro, Milei foi aos Estados Unidos “para pedir ajuda e apoio a Trump e aos fundos de investimento. Digo a vocês que nem o governo americano nem o JP Morgan são instituições de caridade; eles vêm para lucrar e colocar nossos recursos em risco”, afirmou.

É natural que os peronistas façam uma reflexão sobre a eleição e, como conclamou Kicillof, a reverter a derrota nests eleições, através de mais firme unidade das vertentes peronistas e “há que trabalhar para construir uma alternativa”. “Há vontade na direção, apesar das dificuldades e problemas a serem superados, para que se possa propor alternativa inovadora e atrativa”.

“Tem muita gente entusiasmada em articular, pensar, obter respostas”, finalizou, “temos que propor coisas mais concretas. Temos que reconstruir a força política e depois lançar o melhor candidato”.

Venezuela flagra plano da CIA de ataque a navio dos EUA para pretextar guerra



USS Graveky seria o alvo da provocação através da CIA

Israel já violou 125 vezes o cessar-fogo e assassinou centenas de palestinos

O governo fascista de Netanyahu, após violar 125 vezes o acordo de cessar-fogo assinado com o Hamas decidiu ordenar ataques “poderosos e imediatos” a Gaza, estendendo o morticínio. Desde que Israel e o grupo da Resistência Palestina se reuniram em Sharm el-Sheikh, no Egito, assinando a trégua no começo de outubro, já somavam cerca de 94 civis palestinos assassinados e 344 feridos. Quando ordenou a retomada dos bombardeios, Israel assassinou mais 104 palestinos e feriu outros 254, em apenas 12 horas.

Infelizmente, o número tende a crescer; caso o governo de extrema direita não seja obrigado a cumprir o acordo, avalia a relatora especial das Nações Unidas para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, assinalando que não é surpresa a continuidade dos ataques de Israel, em flagrante desrespeito ao cessar-fogo.

Nesta terça-feira (28) um míssil caiu atrás do Hospital al-Shifa, perto de um dos prédios principais, que havia sido reformado e reativado. O ataque causou um estado de caos e pânico entre os pacientes e a equipe médica. Testemunhas descreveram o ataque como “massivo”. Drones também estão sendo usados na ofensiva que alcança o campo de refugiados de al-Shati e projéteis de artilharia são disparados contra palestinos ao leste de Deir al-Balah, no centro de Gaza. Tanques disparavam de uma área controlada pelo exército israelense, mas ainda não se sabe sobre a gravidade nem a extensão dos territórios atingidos.

Para Francesca Albanese, os Estados membros não podem mais ignorar o genocídio praticado por Israel nos últimos dois anos e precisam entrar em cena, pois já são cerca de 68 mil palestinos mortos e 170 mil feridos, sendo mais de quatro mil crianças mutiladas.

BLOQUEIO PERSISTE

O Tribunal Internacional de Justiça ressaltou a necessidade de que Israel permita a entrada de ajuda humanitária em Gaza, reiterou que a ocupação do território palestino é ilegal e exigiu a retirada de



Bombardeio destrói residências de Gaza

tropas e o desmantelamento de assentamentos israelenses na Cisjordânia ocupada, observou Albanese.

“Estas são as linhas vermelhas e, diante delas, os Estados membros continuam a representar este teatro do absurdo. Estou envergonhada – nem só como advogada, mas como ser humano – porque sei que para os palestinos em Gaza o genocídio não terminará, e para os palestinos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental a violência de soldados e colonos não vai ter fim enquanto Israel tiver permissão para manter suas botas no chão e controlar e determinar o destino dos palestinos”, declarou a relatora especial da ONU.

A alegação de que o Hamas teria realizado um ataque a tiros em Rafah, no sul de Gaza, usada como justificativa pelo governo israelense para abrir uma série de ataques aéreos mortais não procede, apontaram meios independentes. Além do que a força militar israelense não tratou de investigar de onde partiram os tiros e responde, como sempre, com força desproporcional e atingindo civis palestinos.

O terrorismo de Estado colocado em prática pelo governo israelense, apontou o Hamas, “representa uma violação flagrante do acordo de cessar-fogo assinado”, “uma extensão de uma série de violações cometidas nos últimos dias, incluindo ataques que resultaram em mortes e feridos, e o fechamento contínuo da passagem de Rafah, o que confirma a insistência em violar os termos do acordo e tentar sabotá-lo”.

O grupo islâmico apelou

que sejam tomadas “medidas imediatas para pressionar” Netanyahu a parar os seus ataques e que seja obrigado a cumprir com todas as disposições do acordo, a fim de preservar a paz e a vida.

Alinhado à cartilha de Netanyahu, o ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, disse que “combatentes do Hamas” atacaram suas tropas e que agora serão alvo. “O Hamas pagará um preço alto por atacar soldados em Gaza e por violar o acordo de devolução dos corpos dos reféns”, blefou Katz em um comunicado.

RUPTURA

“A ocupação agora está bombardeando Gaza com pelo menos três ataques aéreos, apesar do acordo de cessar-fogo”, informou o porta-voz da Agência de Defesa Civil Palestina, Mahmoud Basal.

A pretexto de um ataque sobre as forças da ocupação que o Hamas nega ter realizado, as tropas de Netanyahu mataram com bombardeio cerrado e em poucas horas 104 palestinos.

Membro do gabinete político do Hamas em Gaza, Suhail al-Hindi ressaltou que “Israel precisa perceber que estamos comprometidos com o acordo e parar de nos acusar falsamente de violá-lo”. “A resistência não tem interesse em ocultar ou atrasar a entrega do corpo de qualquer prisioneiro, e afirmamos nosso total comprometimento com o acordo”, acrescentou, pedindo que as nações mediadoras intervenham.

Governo Maduro denuncia que célula mercenária financiada pela CIA planejava realizar um ataque de bandeira trocada para culpar a Venezuela

A Venezuela informou nesta segunda-feira (27) ter desmantelado uma célula mercenária em seu território, financiada pela Agência Central de Inteligência (CIA), que planejava realizar um ataque de bandeira falsa (false flag) a um navio militar dos Estados Unidos ancorado em Trinidad e Tobago.

O objetivo da operação, prontamente notificada por Caracas ao governo de Trinidad, era culpar a República Bolivariana pelo ataque e justificar o começo de um conflito militar para tomar de assalto o petróleo venezuelano. “Fornecemos todas as provas ao governo de Trinidad; não fornecemos mais nenhuma evidência aos Estados Unidos. A última vez que o fizemos foi durante o incidente na embaixada americana em Caracas, e o que eles fizeram foi proteger os terroristas”, explicou o presidente Nicolás Maduro, acrescentando que os vizinhos tomaram nota da informação. “Eles sabem que isso é verdade”, destacou.

Maduro explicou que o grupo de mercenários financiados pela CIA, ligados ao plano de “autoataque”, foi capturado entre a noite de sábado (25) e a manhã de domingo (26), lamentando que a operação contasse com a anuência da primeira-ministra de Trinidad, Kamla Persad-Bissessar, a quem qualificou de “cafetina” por se submeter aos interesses do império.

AMEAÇA À PAZ

A operação arquitetada para enganar a opinião pública e justificar a reação dos EUA vem sendo cultivada e sustentada por outras medidas bélicas claramente intervencionistas, revelou Caracas. “A República Bolivariana da Venezuela denuncia perante a comunidade internacional a perigosa realização de exercícios militares por parte do governo de Trinidad e Tobago entre os dias 26 e 30 do presente mês, sob coordenação, financiamento e controle do Comando Sul dos Estados Unidos, ação que constitui uma provocação hostil contra a Venezuela e uma grave ameaça à paz do Caribe”, enfatiza um trecho do informe.

Conforme o governo Maduro, até o momento já foram sido descobertas e desmanteladas três operações terroristas orquestradas pelos EUA: o ataque fracassado que visava explodir o monumento à vitória soviética na Grande Guerra Patriótica, na área da Praça Venezuela, em Caracas; o plano de

detonar uma bomba na antiga embaixada dos EUA e, finalmente, este “autoataque”.

“Felizmente, temos uma boa equipe de inteligência e contrainteligência”, assinalou Maduro, frisando que, além das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas e da Polícia Nacional Bolivariana, o país conta com a cooperação de “muitas agências internacionais de inteligência”.

O ministro do Interior, Diosdado Cabello, informou que, além das prisões realizadas no fim de semana, mais três pessoas ligadas ao complô foram capturadas na segunda-feira, assinalando que essas criminosas possuíam “manuais de execução da Agência Central de Inteligência”. Detidos, os mercenários ainda tentaram apagar informações de seus celulares no momento da prisão, mas o que foi encontrado nos aparelhos “é ouro puro”.

COOPERAÇÃO SUSPensa

Durante seu programa semanal de televisão, Maduro confirmou o anúncio feito anteriormente pela vice-presidente Delcy Rodríguez sobre a suspensão do acordo de cooperação energética entre a Venezuela e o país vizinho.

Maduro explicou que Trinidad “esgotou suas reservas de gás” e que a Venezuela ofereceu um acordo de fornecimento com vantagens, seguindo a linha de solidariedade com os povos caribenhos inaugurada por Hugo Chávez no âmbito do programa Petrocaribe. No entanto, indicou que, “em resposta à ameaça do primeiro-ministro de ‘transformar Trinidad e Tobago em porta-aviões do império americano contra a Venezuela’, aprovou cancelar essa cooperação como medida de precaução. ‘Tudo está suspenso’”, enfatizou.

No domingo, o contratorpedeiro americano Gravely, apontado como o alvo do ataque de bandeira falsa, chegou a Porto Espanha, em Trinidad e Tobago. Washington também ordenou que o grupo de ataque do porta-aviões Gerald R. Ford se dirigisse à América Latina para se juntar ao contingente de sua operação militar em andamento no Caribe, supostamente voltada para o combate ao narcotráfico, embora diversas reportagens da própria mídia estadunidense reconheçam que o objetivo final é alcançar uma “mudança de regime” na pátria de Simón Bolívar.

‘Se quer combater narcotráfico, comece por Manhattan’, diz Zakharova a Donald Trump

“A CIA recebeu permissão para realizar operações secretas na Venezuela. Claro, desculpem, mas se Estados Unidos precisam e desejam com tanta urgência mobilizar suas agências de inteligência para combater as drogas e o narcotráfico, deveriam fazer uma operação especial em Manhattan. É lá que está a verdadeira tragédia”, declarou Maria Zakharova, ao comentar, na quinta-feira (23), que, se Washington realmente deseja enfrentar o problema das drogas, deveria começar em casa.

As informações sobre o tráfico em Nova York poderiam ser obtidas diretamente com os próprios habitantes, ela aconselhou, segundo a RTBrasil.

Se a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa tivesse se debruçado mais no tema, provavelmente teria lembrado o célebre “siga o dinheiro” e aconselhado

Washington a buscar bem perto, ali em Wall Street, tais pegadas de quem lava mais branco.

Em 15 de outubro, Trump autorizou que a CIA realizasse investigações na Venezuela, após alegações sem provas de que drogas estariam sendo enviadas de Caracas para os EUA e apesar disso contrariar dados oficiais dos próprios órgãos especializados dos EUA e da ONU.

Desde agosto, Washington tem bombardeado embarcações próximas à costa venezuelana e mais recentemente incluiu barcos no Pacífico, já tendo executado extrajudicialmente e sem qualquer prova a 37 prováveis pescadores ou incautos.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, denuncia que o país é alvo de “uma guerra de múltiplas facetas” orquestrada pelos Estados Unidos.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Noruegueses não homenagearão golpista venezuelana no dia da entrega do Nobel

Métodos criminosos da golpista venezuelana Corina Machado levaram o Conselho da Paz da Noruega a cancelar a tradicional procissão de tochas em Oslo este ano, como costuma realizar no dia da cerimônia de premiação do Nobel da Paz. A decisão, não afeta a condição da notória golpista como ganhadora do prêmio, que foi oficialmente concedido pelo Comitê Norueguês do Nobel, responsável pela escolha dos laureados.

A entidade defensora da paz, que representa 17 organizações norueguesas e quase 15.000 ativistas, assinalou que tomou a decisão porque seus membros “não acham que o vencedor deste ano esteja alinhado com os valores fundamentais do Conselho Norueguês de Paz ou de nossos membros”.

“Uma decisão difícil, mas necessária. Temos grande respeito pelo Comitê Nobel e pelo Prêmio Nobel da Paz como instituição, mas, como orga-



Conselho da Paz condena os “métodos de Corina”

nização, devemos permanecer fiéis aos nossos princípios e ao movimento pela paz mais amplo que representamos. Estamos ansiosos para celebrar o prêmio novamente nos próximos anos”, afirmou sua presidente, Eline H. Lorentzen, em um comunicado.

CRIMINOSA CORINA

Indicada pelo secretário de Estado de Trump, Marco Rubio, e por membros do Partido Republicano, Corina recebeu

o Prêmio Nobel da Paz, porém alguns de seus métodos não estão alinhados com nossos princípios e valores ou com os de nossas organizações-membro, como a promoção do diálogo e de métodos não violentos”, como denunciou Lorentzen ao jornal norueguês VG sobre a vencedora do Nobel, referindo-se a suas atitudes anti-democráticas como várias tentativas de golpe na Venezuela, como o de 2002 contra o então presidente Hugo Chávez.



Catherine Connolly, presidente eleita da Irlanda (foto: reprodução)

Irlanda: um mandato popular contra o governo

JENNY FARREL*

O cargo de presidente da Irlanda é quase inteiramente cerimonial e dotado de muito poucos poderes executivos. Consequentemente, o comparecimento às urnas nessas eleições tradicionalmente fica abaixo dos cinquenta por cento, e esta eleição não foi exceção. No entanto, ele goza de uma legitimidade democrática única, já que os presidentes são eleitos diretamente pelo povo, e não pelo governo ou parlamento. A vitória de Catherine Connolly em 24 de outubro ressalta o profundo significado deste mandato popular. A sua eleição representa uma determinada revolta política, realizada nas urnas contra a vontade da coalizão governista.

O aspecto mais importante desta eleição foi a formação de uma frente unida sem precedentes. Em uma aliança política histórica, todos os principais partidos de oposição — incluindo o maior partido de oposição, o Sinn Féin, os Sociais-Democratas, o Partido Trabalhista, o Pessoas Antes do Lucro e os Verdes — puseram de lado suas diferenças para se unir em torno da candidata de esquerda independente, Catherine Connolly. O apoio do Sinn Féin mostrou-se essencial, mudando decisivamente a dinâmica a favor de Connolly. Esta ampla frente ofereceu uma alternativa clara à estabelecida coalizão conservadora do Fianna Fáil e Fine Gael e provou ser uma força imparável. Ela transformou a eleição em uma disputa direta cara a cara, que Connolly venceu de forma decisiva contra a candidata do governo, Heather Humphreys.

Esta aliança foi unida por princípios claros, personificados por Connolly. A eleição tornou-se, assim, um referendo de fato sobre o futuro da Irlanda, no qual a posição de Connolly permaneceu clara e consistente. Como uma determinada defensora da neutralidade irlandesa, ela promete proteger o mecanismo de “Triple Lock” e afastar o país da militarização e de laços mais estreitos com a OTAN. Ela é uma defensora por princípio de um caminho planejado e democrático para uma Irlanda unida, e uma ativista de longa data pela justiça social e pela língua irlandesa. A sua vitória representa um claro mandato popular por estes valores.

A criação de Connolly, numa família da classe operária de catorze filhos em Galway, e a sua ascensão para se tornar advogada, psicóloga clínica, conselheira, Prefeita, TD (Deputada) e Leas-Cheann Comhairle (Vice-Presidente) do Dáil (a câmara principal do parlamento irlandês) fortalecem ainda mais a credibilidade da sua posição de princípio.

O resultado eleitoral é uma derrota decisiva para o governo. Os ataques conjuntos do Fianna Fáil e do Fine Gael a Connolly, amplificados por uma campanha de difamação implacável na mídia, não conseguiram garantir a presidência para a sua candidata e, no final, saíram pela culatra. Pela segunda vez desde Michael D. Higgins, um chefe de estado que se opõe explicitamente à agenda neoliberal e pró-militarista do governo foi eleito.

*Jenny Farrell é professora e escritora em Galway, Irlanda.

Leia íntegra no site do HP

Condenado a cinco anos, ex-presidente Sarkozy já está preso em Paris

O ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, chegou a uma prisão em Paris nesta terça-feira (21) para começar a cumprir uma sentença de cinco anos de prisão por “conspiração criminosa por buscar fundos de campanha para a eleição de 2007” — ou, mais propriamente, por extorquir dinheiro de Muammar Kaddafi prometendo ajudar a Líbia a resistir às pressões do então presidente dos EUA, W. Bush.

Como comentou a colunista canadense sediada em Paris, Rachel Mardsen, Sarkozy escapou impune de todos os seus crimes, “exceto os menores”. Numa síntese, ela registrou que o francês “pegou o dinheiro de Kaddafi, usou-o para se tornar presidente e depois matou o cara. Tudo isso pelo baixo, baixo custo de cinco anos de prisão”.

Na verdade, não foi só assassinato, foi um linchamento por

uma turba a serviço da Otan, e dezenas de milhares de mortos e centenas de milhares de deslocados. A destruição da mais próspera nação africana, deixando o país dividido entre dois governos até hoje e as reservas de divisas líbias, provenientes do petróleo, surrupiadas pelo Ocidente.

Tais crimes ajudaram a abrir o Sahel às gangues jihadistas, empurrando os desertados da terra para a imigração rumo ao ‘jardim europeu’, questão agora manipulada pelos fascistas para espalhar a xenofobia e o racismo no velho continente. E não foi por falta de aviso do líder líbio.

Não é por esse crime colonial em pleno século 21 que Sarkozy foi julgado, mas por ter arrancado, da Líbia, dinheiro para sua campanha.

Leia mais no site

PIB da China cresce 5,2% nos três primeiros trimestres apesar do tarifaço



Crescimento da China tem por base o avanço tecnológico e indústria de ponta

Fechamento do governo Trump leva o Aeroporto de LA a suspender voos

Os voos com destino e de partida do Aeroporto Internacional de Los Angeles, foram temporariamente suspensos na manhã de domingo (26) devido a ausência de controladores de voo, de acordo com Administração Federal de Aviação (FAA).

A FAA ordenou a suspensão temporária de voos em um dos aeroportos mais movimentados do mundo logo após o Secretário de Transportes dos EUA, Sean Duffy, prever que os passageiros enfrentariam mais atrasos e cancelamentos de voos nos próximos dias, já que os controladores de tráfego aéreo do país trabalham sem remuneração durante a paralisação do governo federal.

Por causa da paralisação de do setores de serviços do governo dos EUA, uma vez que o orçamento de Trump não foi até aqui aprovado pelo Congresso, cerca de 13 mil controladores de tráfego aéreo e 50 mil agentes da Administração de Segurança no Transporte (TSA) estão trabalhando sem receber salário desde o início do mês.

O “fechamento” do governo americano — shutdown — no jargão de Washington — foi declarado em 1º de outubro, quando começa o ano fiscal de acordo com a lei dos EUA, devido à falta de acordo sobre o orçamento entre a maioria republicana e a minoria democrata. E já completou 27 dias sem perspectiva de solução.

Com o governo impedido de gastar, milhares de servidores públicos são colocados em licença, enquanto outros, que trabalham em serviços essenciais, podem ter os salários suspensos. A remuneração será paga de forma retroativa quando o



Ausência de controladores de voo obrigou aeroporto de Los Angeles a suspender suas atividades (WJBC)

orçamento for normalizado, declara o governo.

Durante uma entrevista ao programa “Sunday Morning Futures”, da Fox News, Duffy apontou que controladores estão faltando ao trabalho por motivos de saúde.

“Só ontem... tivemos 22 alertas de falta de pessoal. Esse é um dos números mais altos que vimos desde o início da paralisação. E isso é um sinal de que os controladores estão no limite”, disse ele.

A FAA informou que os aviões com destino a Los Angeles foram mantidos nos aeroportos de origem a partir das 11h42 de domingo (horário da Costa Leste), com atrasos médios de uma hora e 40 minutos.

A falta de pessoal também causou interrupções em decolagens e pousos no domingo nos aeroportos internacionais de Newark Liberty (em Nova Jersey) e Teteboro, além do Aeroporto Internacional do Sudoeste da Flórida, em Fort

Myers, segundo a FAA.

De acordo com o site Flight Aware, especializado em rastreamento de voos, mais de 5,3 mil voos registraram atrasos nos Estados Unidos no sábado, e outros 2,5 mil já haviam sido afetados até o meio-dia de domingo (horário de Washington). Desde o início da paralisação, os atrasos têm se mantido acima da média.

Sem previsão de solução para o impasse, o secretário de Transporte assinalou que a escassez de controladores deve aumentar nos próximos dias, resultando em mais atrasos e cancelamentos de voos.

Ao meio-dia de domingo, a FAA já havia identificado déficit de pessoal em seis aeroportos norte-americanos.

Segundo Duffy, ficando sem remuneração muitos controladores têm buscado outras fontes de renda. “Eles estão procurando empregos temporários, tentando se virar”, afirmou.

Leia mais no site do HP

China expulsa do Partido e das Forças Armadas general e almirante por corrupção

O Ministério da Defesa da China anunciou na sexta-feira, 17, que 2 dos militares chineses da mais alta hierarquia estão expulsos do Partido Comunista da China e das Forças Armadas por prática de corrupção.

O general He Weidong, vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC) e membro do Politburo, foi expulso do Partido Comunista do país e das forças armadas e segue a investigação por corrupção.

A CMC está no topo da cadeia militar na China e é dirigida pelo presidente chinês, Xi Jinping. O Politburo é o órgão executivo do Partido Comunista da China, um grupo de 24 membros selecionados pelo Comitê Central que decidem e implementam a agenda econômica, política e social do partido, e também sob direção do presidente chinês.

O general He também é o primeiro membro do Politburo a estar sob investigação por corrupção e o terceiro membro da CMC a ser removido do posto desde que, em sua formação mais recente, assumiu o cargo em 2022.

Outro expulso por corrupção, Miao Hua, está sob investigação desde novembro do ano passado. Ele era almirante da Marinha do Exército de Libertação do Povo Chinês e atuou como diretor do Departamento de Trabalho Político da Comis-



General He Weidong e almirante Miao Hua (AP)

são Militar Central chinesa até junho desse ano.

Outros sete alto oficiais militares foram citados no anúncio do Ministério da Defesa chinês. As expulsões ocorrem a poucos dias da Quarta Sessão Plenária do Comitê Central do Partido Comunista que definirá as políticas para o desenvolvimento da China para os próximos 5 anos e é composto por mais de 200 altos funcionários, é esperado que mais decisões de expulsão de membros do Comitê Central sejam tomadas nessa reunião.

“Após investigação, foi determinado que esses nove indivíduos violaram gravemente a disciplina partidária e cometeram cri-

mes graves relacionados ao dever. Os valores envolvidos são particularmente grandes, a natureza das ofensas extremamente severa e o impacto é excepcionalmente negativo”, comunicou o porta-voz do Ministério da Defesa da China, o coronel sênior Zhang Xiaogang na sexta-feira.

Em 2012, o governo chinês anunciou uma campanha maciça contra a corrupção e a implementação de um novo código de conduta para seus oficiais, visando a limpeza contra a má conduta dentro das fileiras do partido e o reforço da união partidária. Em 2023, mais de 2,3 milhões de oficiais do governo da China foram processados por corrupção.

PIB da China cresce 5,2% nos três primeiros trimestres apesar do tarifaço

“O país está em um período de transição dos antigos para os novos motores de crescimento”, observa o porta-voz do ENE, Escritório Nacional de Estatísticas da China

O PIB da China cresceu 5,2% em relação ao ano anterior nos primeiros nove meses deste ano, atingindo 101,5 trilhões de yuans (US\$ 14,2 trilhões), mostrando que a economia chinesa resistiu à pressão externa e manteve uma tendência de crescimento constante, mostrando forte resiliência e vitalidade, destacou a agência de notícias Xinhua, conforme os números divulgados pelo Escritório Nacional de Estatística (ENE).

No terceiro trimestre, entre julho e setembro, o crescimento foi de 4,8%; antecedido por 5,2% no segundo trimestre e 5,4% no primeiro, na comparação com igual período do ano passado.

Como observou um porta-voz do ENE, respondendo a perguntas dos jornalistas, esse crescimento de 4,8%, apesar de certa desaceleração sobre o trimestre anterior, foi alcançado sob “um ambiente externo complexo e severo” — uma forma diplomática de se referir ao tarifaço de Trump e à desorganização das cadeias globais de fornecimento —, além da necessidade de “ajustes estruturais internos”.

Quadro que impactou a ordem econômica e comercial global, com o unilateralismo tornando cada vez mais instável e incerto o crescimento do comércio internacional, que foi medíocre.

Assim, a taxa de crescimento de 4,8% da China permanece significativamente superior à da maioria das grandes economias, um feito notável para uma economia desse tamanho.

Ao mesmo tempo, observou o porta-voz, o país está em um período crítico de reestruturação econômica e transição dos antigos para os novos motores de crescimento. Mas, superando os desafios, a economia chinesa tem crescido e prosperado consistentemente.

META DE 5% AO ALCANCE

Ao traçar sua análise sobre o desempenho dos três primeiros trimestres, o ENE buscou enfatizar que a China está no rumo para alcançar o objetivo proposto pelo presidente Xi Jinping, de crescimento de 5% para 2025.

De janeiro a setembro, o valor agregado das empresas industriais aumentou 6,2% em relação ao ano anterior. O valor agregado da indústria de fabricação de equipamentos cresceu 9,7%, enquanto o setor de manufatura de alta tecnologia aumentou 9,6%, superando o crescimento geral das empresas industriais acima do tamanho designado em 3,5 e 3,4 pontos percentuais, respectivamente.

Em relação à qualidade do desenvolvimento, a tendência de transformação e modernização econômica continua. E no terceiro trimestre, a taxa de crescimento anual da manufatura de alta tecnologia acima de um determinado tamanho foi significativamente superior à de todo o setor industrial. Já a produção de veículos de nova energia, robôs industriais e equipamentos de impressão 3D — os novos motores do crescimento — aumentou respectivamente 29,7%, 29,8% e 40,5% ano sobre ano, de acordo com o órgão.

O valor agregado dos serviços de transmissão de informações, software e tecnologia da informação aumentou 11,7%, acelerando 1,7 ponto percentual em relação ao ano anterior. Nos primeiros nove meses, as vendas totais no varejo de bens de consumo atingiram 36,5 trilhões de yuans, marcando um aumento anual de 4,5%. Deles, as vendas no varejo online totalizaram 11,2 trilhões de yuans, um aumento de 9,8% em relação ao ano anterior.

A política especial de troca do governo para bens de consumo de grande valor mostrou resultados positivos, com as vendas no varejo de eletrodomésticos e equipamentos audiovisuais, móveis, equipamentos de comunicação e material cultural e de escritório crescendo 25,3%, 21,3%, 20,5% e 19,9%, respectivamente.

A produção de serviços cresceu para cerca de 59,3 trilhões de yuans de janeiro a setembro, respondendo por 58,4% do PIB, 0,8 ponto percentual acima do mesmo período do ano passado.

Nos três primeiros trimestres, o investimento nacional em ativos fixos atingiu 37,1 trilhões de yuans, queda de 0,5% em relação ao ano anterior. Mas, excluindo o investimento em desenvolvimento imobiliário — setor notoriamente em dificuldades —, o investimento em ativos fixos expandiu 3,0%, disse o ENE.

Ainda segundo o órgão, o rendimento disponível per capita da China atingiu 32.509 yuans durante o período de janeiro a setembro, marcando um aumento anual de 5,2% após a dedução dos fatores de preço. A taxa média de desemprego urbano pesquisada na China ficou em 5,2% nesse período.

Em relação à balança de pagamentos, o saldo geral permanece equilibrado, segundo o ENE. As importações e exportações totais de bens aumentaram 6,0% em relação ao ano anterior no terceiro trimestre, e as reservas cambiais aumentaram por dois meses consecutivos.

Resultado que reflete a postura serena e firme da China frente aos arroubos do tarifaço de Trump, primeiro forçando-o a recuar do patamar de 145%, e depois respondendo, espelhadamente, como o controle das terras raras em contrapartida ao bloqueio aos chips e equipamentos para fabricação de chips.

De uma perspectiva global, a taxa de crescimento de 5,2% está entre as mais altas entre todas as principais economias, tornando a China o motor mais estável e confiável do crescimento econômico global, destacou. E, ele não citou, mas é verdade, muito mais alta que as dos países europeus ou dos EUA.

O desenvolvimento estável de longo prazo da economia chinesa é sustentado por uma profunda lógica interna, resultante “da interação sinérgica e da integração sistêmica de múltiplos fatores, incluindo vantagens institucionais, pontos fortes do lado da oferta, potencial do lado da demanda e vantagens de talento, que se combinam para formar uma poderosa força combinada”, disse o porta-voz.

“Um vasto oceano, não um pequeno lago, capaz de resistir a tempestades”, disse o porta-voz.

“Embora reconheçamos plenamente essas conquistas, também devemos reconhecer que as incertezas e instabilidades externas permanecem significativas, o comércio global e o crescimento econômico enfrentam grandes desafios, as contradições estruturais domésticas em algumas áreas ainda são evidentes e algumas empresas continuam a enfrentar dificuldades operacionais”, acrescentou.

Para o porta-voz, na próxima etapa, “é essencial expandir persistentemente a demanda doméstica e fortalecer o ciclo econômico doméstico, estimular ainda mais a vitalidade do mercado, aumentar as expectativas de desenvolvimento e aumentar continuamente o impulso de crescimento endógeno para promover o desenvolvimento econômico saudável”.

Enquanto o ENE apresentava esses resultados, em Pequim está em andamento, entre 20 e 23 de outubro, a quarta sessão plenária do 20º Comitê Central do PCCCh, para avaliação dos resultados do 14º Plano Quinquenal e para definir as metas do próximo, o 15º, com o planejamento estatal sendo fator primordial no desenvolvimento da China e de seu socialismo com características chinesas.

Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo

11ª Mostra celebra os 80 anos da vitória contra o nazifascismo

Evento que acontece entre 12 e 23 de novembro em dois locais - na Cinemateca Brasileira e no Centro Cultural São Paulo -, também homenageia o centenário de “O Encouraçado Potemkin” e os 50 anos de carreira do diretor Karen Shakhnazarov

A 11ª edição da Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo ocupa a Cinemateca Brasileira e o Centro Cultural São Paulo com uma programação de 16 longas e um curta-metragem a partir do próximo dia 12 de novembro. O tradicional evento, que celebra um dos maiores estúdios de cinema do mundo, homenageia os 80 anos da vitória aliada sobre o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e celebra as cinco décadas de trajetória do cineasta Karen Shakhnazarov, trazendo desde o épico “Libertação” até o clássico centenário “O Encouraçado Potemkin”.

Entre os destaques da programação estão filmes selecionados em virtude da comemoração dos 80 anos da Vitória sobre o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, e também um curta e quatro longas do cineasta Karen Shakhnazarov, que completa, este ano, 50 anos de carreira.

A abertura da Mostra acontece na Cinemateca Brasileira, dia 12 de novembro, com uma sessão dupla dedicada a Karen Shakhnazarov. Serão apresentados o curta metragem “Devaneio de Primavera” (1975), primeiro filme do diretor, e o longa “Dia de Lua Cheia”, um de seus mais belos filmes. Numa sucessão de eventos e memórias que se conectam, no melhor estilo do cineasta, o filme, de 1998, é permeado de enigmas e surrealismo.

O Dia da Vitória será relembrado no evento através do épico “Libertação”, do diretor Yuri Ozerov. Recentemente restaurada pelo Estúdio Mosfilm, a série de 5 filmes é considerada uma referência entre os filmes de guerra. Ozerov a concebeu entre 1967 e 1971, retratando momentos cruciais da Segunda Guerra Mundial: a batalha de Kursk, a travessia do Dnieper, a libertação de Kiev, a conferência de Teerã, as batalhas por Berlim e a tomada do Reichstag, a rendição da Alemanha nazista e a conferência dos chefes da coalizão anti-Hitler em Yalta.

Ainda dentro do tema, compõem a programação os filmes “O Caminho Para Saturno” e “O Fim de Saturno”, ambos de 1967, sobre a infiltração de um oficial da inteligência soviética na escola de espionagem nazista Saturno. A direção é de Villen Azarov, e ambos os longas foram restaurados pelo Estúdio Mosfilm em 2025.

Na seleção que homenageia Shakhnazarov estão também “O Mensageiro” (1986), seu filme preferido de sua filmografia, “O Assassino do Czar” (1991), protagonizado pelo ator inglês Malcolm McDowell, e seu último longa, “No Submundo de Moscou” (2023), que será apresentado em uma sessão dublada e outra legendada.

Completam a programação o clássico “O Encouraçado Potemkin” (1925), que chega aos 100 anos em 2025 e terá sessão especial externa na Cinemateca Brasileira; “A Queda da Dinastia Romanov” (1927), da pioneira dos documentários de compilação, Esfir Shub; “Geração de Vencedores” (1936), de Vera Stroeva, sobre o período histórico entre 1896 e 1905, que culminou no chamado Domingo Sangrento; “Michurin” (1948), de Aleksandr Dovzhenko, e a ficção científica “O Segredo da Noite Eterna” (1955), de Dmitry Vassiliev.



A Mostra é uma realização do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES) e do Estúdio Mosfilm.

PROGRAMAÇÃO

Primeira semana – Cinemateca Brasileira

Quarta 12/11 (ABERTURA)
19:30h DEVANEIO DE PRIMAVERA + DIA DE LUA CHEIA

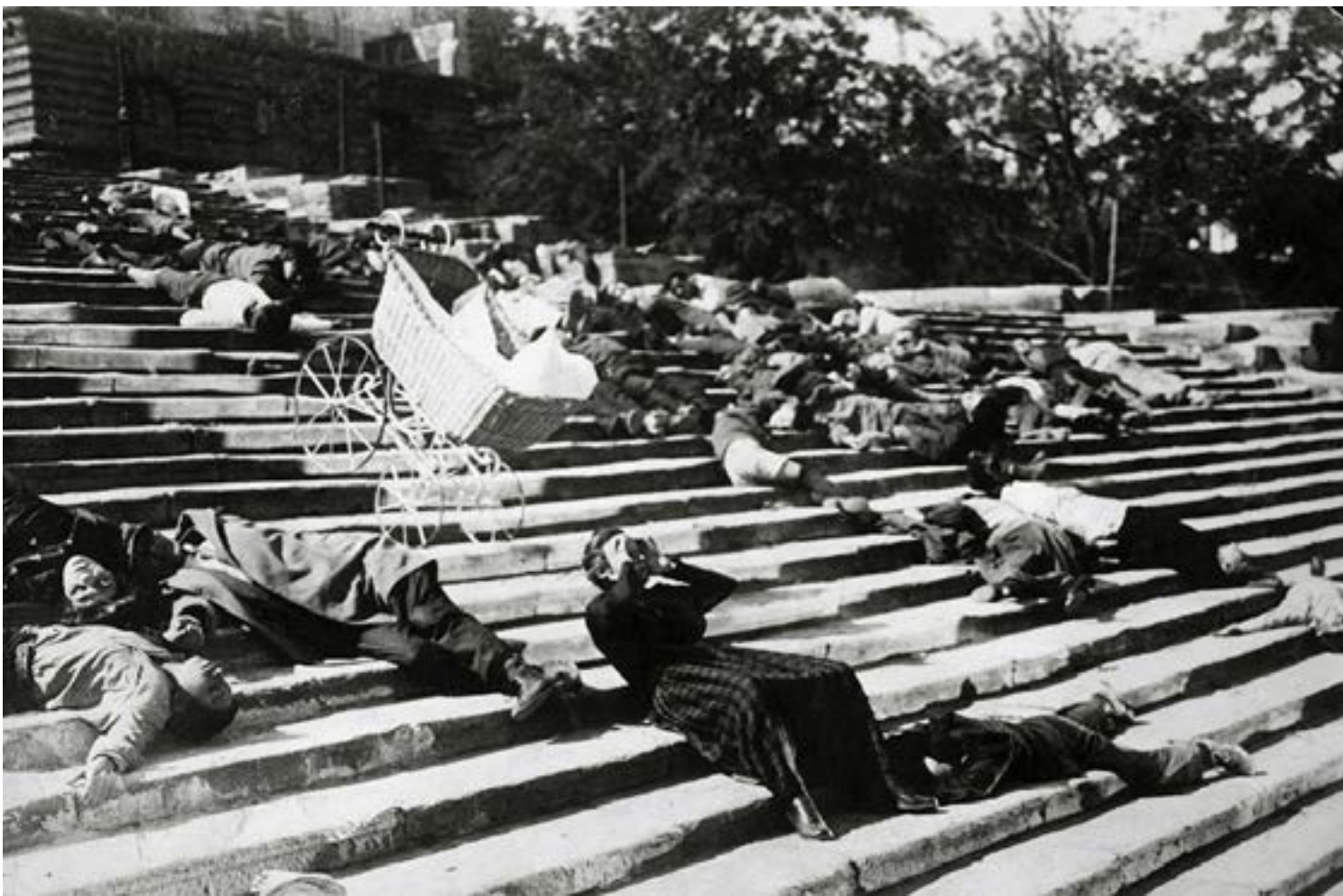
Quinta 13/11
17:00h GERAÇÃO DE VENCEDORES
19:10h O CAMINHO PARA SATURNO
21:00h O FIM DE SATURNO
Sexta 14/11
16:30h MICHURIN
18:20h A QUEDA DA DINASTIA ROMANOV
19:50h O ASSASSINO DO CZAR

Sábado 15/11
14:00h LIBERTAÇÃO – Parte 1
16:00h LIBERTAÇÃO – Parte 2
18:00h Oficinas
19:00h NO SUBMUNDO DE MOSCOU
21:40h O ENCOURAÇADO POTEMKIN (sessão externa)
Domingo 16/11
14:00h LIBERTAÇÃO – Parte 3
16:30h LIBERTAÇÃO – Partes 4 e 5
19:30h O SEGREDO DA NOITE ETERNA
21:10h O MENSAGEIRO

Segunda semana – CCSP

– Sala Paulo Emílio
Quarta 19/11
15:00h MICHURIN
16:50h GERAÇÃO DE VENCEDORES
19:00h NO SUBMUNDO DE MOSCOU (sessão dublada)
Quinta 20/11
15:10h O SEGREDO DA NOITE ETERNA
17:00h LIBERTAÇÃO – Parte 1
19:00h LIBERTAÇÃO – Parte 2
Sexta 21/11
14:30h O MENSAGEIRO
16:30h LIBERTAÇÃO – Parte 3
19:00h LIBERTAÇÃO – Partes 4 e 5
Sábado 22/11
15:20h O CAMINHO PARA SATURNO
17:10h O FIM DE SATURNO
19:20h DEVANEIO DE PRIMAVERA + DIA DE LUA CHEIA
Domingo 23/11
15:15h A QUEDA DA DINASTIA ROMANOV
16:45h O ASSASSINO DO CZAR
19:00h O ENCOURAÇADO POTEMKIN

* Veja o restante da programação e mais informações sobre a mostra no site



No alto, cena de “O Encouraçado Potemkin”, de Serguey Eisenstein, que terá seu centenário celebrado na 11ª Mostra. Logo abaixo, o cineasta e presidente do Estúdio Mosfilm, Karen Shakhnazarov, que completa 50 anos de carreira este ano, seguido por cenas de “Geração de Vencedores”, dirigido por Vera Stroeva, e “Dia de Lua Cheia”, de Karen Shakhnazarov. Fotos: Divulgação

O ESTÚDIO MOSFILM

Em 30 de janeiro de 1924, com a estreia do longa-metragem “Nas Asas”, de Boris Mikhin, nascia o Mosfilm, um dos mais antigos e pioneiros estúdios de cinema do mundo. Durante seus 101 anos de existência foram produzidos no estúdio mais de 2.500 longas-metragens de vários diretores que contribuíram para a criação da história do cinema mundial, como Serguey Eisenstein, Vsevolod Pudovkin, Ivan Pyriev, Grigori Aleksandrov, Mikhail Romm, Grigori Chukhrai, Mikhail Kalatozov, Serguei Bondarchuk, Andrei Tarkovsky, Leonid Gayday, Gleb Panfilov, Karen Shakhnazarov e muitos outros.

Ainda hoje, é o maior estúdio da Rússia e um dos maiores da Europa, contando com 17 pavilhões de filmagens, cidades cenográficas e equipamentos de alta tecnologia que permitem realizar o ciclo de produção do cinema em sua totalidade. O Mosfilm é um órgão público, presidido, desde 1998, pelo cineasta, roteirista e produtor Karen Shakhnazarov.

CPC-UMES FILMES

Braço do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, a distribuidora CPC-UMES Filmes está no mercado audiovisual brasileiro desde 2014, com 56 títulos lançados em DVD e Blu-Ray. Com licenciamento direto do Mosfilm, os filmes contemplam clássicos do cinema soviético e russo de diretores como Serguey Eisenstein (Aleksandr Nevsky, 1938), Andrei Tarkovsky (Solaris, 1972), Elem Klimov (Vá e Veja, 1985), Serguei Bondarchuk (Guerra e Paz, 1965-67), entre outros.

Além da atuação em home video, a distribuidora organiza, desde 2014, a Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, que acontece em São Paulo e também já teve edições em Porto Alegre e Fortaleza. Em 2018, iniciou atividades no circuito comercial de cinemas com o lançamento de “Anna Karenina. A História de Vronsky”, com ótima receptividade de crítica e público. O lançamento contou com a presença de Karen Shakhnazarov, diretor do filme e do Estúdio Mosfilm. Em 2024, a distribuidora repetiu a atuação nos cinemas com “No Submundo de Moscou”, último lançamento de Shakhnazarov.